

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL**

ANELISE MARTINELLI BORGES DE OLIVEIRA

A ARTE DOS BONS COSTUMES NA CORTE BRASILEIRA (1808-1821)

FRANCA

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ANELISE MARTINELLI BORGES DE OLIVEIRA

A ARTE DOS BONS COSTUMES NA CORTE BRASILEIRA (1808-1821)

**Dissertação apresentada à Faculdade de História,
Direito e Serviço Social, Universidade Estadual
Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-
requisito para obtenção do Título de Mestre em
História. Área de Concentração: História e
Cultura.**

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Jurandir Malerba.
Co-orientador(a): Prof(a). Dr(a). Marisa Saenz Leme.

FRANCA

2009

ANELISE MARTINELLI BORGES OLIVEIRA**A ARTE DOS BONS COSTUMES NA CORTE BRASILEIRA (1808 – 1821)**

Dissertação apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre em História. Área de Concentração: História e Cultura.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Dr. (a) Marisa Saenz Leme.

1º Examinador: _____

2º Examinador: _____

Franca, ____ de _____ de 2009.

AGRADECIMENTOS

Durante o percurso de desenvolvimento deste estudo, muitas pessoas contribuíram para sua realização:

À meus pais e irmãos, sempre tão presentes em minha vida.

À Cássio, companheiro de passadas, presentes e futuras datas.

Ao professor Jurandir Malerba, grande historiador e maior incentivador deste trabalho.

À professora Marisa Saenz Leme, por seu auxílio oportuno.

Aos prestativos funcionários da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

“Não sou aquele que atualmente é, isto seria angústia, sou aquele que foi, segundo o fio de um nascimento inverso do qual este objeto é para mim o signo e que do presente mergulha no tempo: regressão”.

Jean Baudrillard

RESUMO

Ao longo do Antigo Regime, a configuração do poder estatal em Portugal avançou no sentido da concentração do poder nas mãos do soberano. Diretamente a ele ligada por mecanismos que lhe conferiam maior prestígio frente à sociedade, a corte desenvolveu formas de sociabilidade que pudessem legitimá-la enquanto camada nobre. Quando de sua transferência para o Rio de Janeiro, então nova sede do Império Português, a corte portuguesa, juntamente com os ricos negociantes fluminenses, passariam a manter esses distintivos. Numa tentativa de adequar, ou de pelo menos tentar adequar a realidade da colônia às expectativas de uma nobreza desterrada, foram realizadas medidas no sentido de tornar o cenário alémmar adequado à vida em corte. As mudanças “civilizatórias” no cotidiano fluminense se fizeram tanto no aspecto físico urbano quanto no aspecto moral, no qual os manuais de boa conduta desempenharam um papel primordial para a constituição da identidade daquele grupo social.

Palavras-chave: Rio de Janeiro. D. João VI. processo civilizador.

ABSTRACT

To the long of Old Regime, the stately power configuration in Portugal advanced in the sense of the concentration of the power in the monarch hands. Directly straightly linked to him by mechanisms that conferred bigger prestige in front of the society, the court developed forms of sociability that could legitimize her a noble layer. On the occasion of his transference for the Rio de Janeiro, then new control center of the Portuguese Empire, the portuguese court, with the rich dealers of Rio de Janeiro, would pass maintaining those distinctive. In an attempt of adapt, or at least to try to adapt the colony reality to the exiled nobility expectations, procedures were made to become the beyond-sea setting adequate to the life in cut. The “civilizations” changes in the Rio de Janeiro routine were done in the urban physical aspect and in the moral aspect, in which the manuals of good conduct performed a fundamental paper for the identity constitution of that social group.

Key-words: Rio de Janeiro. D. Joao VI. civilizing process.

TABELAS

Tabela 1 – População da corte e província do Rio de Janeiro em 1821. p. 35.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
 CAPÍTULO 1 A SOCIABILIDADE NO PORTUGAL DO ANTIGO REGIME	
1.1 A influência das maneiras em Portugal.....	18
1.2 Transferindo a corte.....	26
 CAPÍTULO 2 O RIO DE JANEIRO É O BRASIL!	
2.1 Um novo cenário.....	31
2.2 Signos de sociabilidade.....	45
 CAPÍTULO 3 CÓDIGOS CIVILIZATÓRIOS: PRECEITOS E TRAMAS	
3.1 Simbologia cortesã.....	56
3.2 Prescrição moral.....	62
 CONCLUSÃO	80
 REFERÊNCIAS.....	82
 FONTES.....	87

INTRODUÇÃO

Os treze anos em que D. João VI e sua corte permaneceram nos trópicos foi um período bastante singular para o Brasil. A instalação da corte lusitana trouxe consideráveis transformações para a colônia brasileira, principalmente para o Rio de Janeiro, que a partir daquele momento fôra escolhido para ser a sede do centro administrativo do Império Português. Modificações foram encetadas no sentido de remodelar o espaço urbano fluminense, adequando-o à nova realidade, agora mais do que nunca pautada nos padrões europeus “civilizacionais”¹.

Paulatinamente, o regente criava instituições que ao mesmo tempo atendessem à realeza transmigrada e dessem à cidade um aspecto mais “europeu”. A tarefa de modernização seria difícil. Em uma cidade que contava com mais ou menos sessenta mil habitantes antes da transferência, onde dois terços da população eram escravos negros ou descendentes diretos, não seria simples fazer-se conviver lado a lado costumes tão diversos.

Com a finalidade de atender à nobreza transplantada – que por lealdade a D. João VI “abandonou” sua pátria e o acompanhou – e aos ricos negociantes fluminenses – que de certa forma sustentaram nos trópicos a máquina estatal com contribuições financeiras – o soberano criava cargos públicos e concedia mercês diversas. Neste sentido, cada vez mais portugueses e brasileiros da terra se equiparavam nas práticas cortesãs e se legitimavam pela simbologia exemplificada no cumprimento da etiqueta que permeava as relações sociais.

Para a “instrução” e difusão das formas de sociabilidade convenientes à vida em corte, desde há séculos surgiram os manuais de boa conduta, que prescreviam comportamentos tidos como “civilizados” e que portanto deveriam ser seguidos para se manter a distinção da alta camada perante os demais grupos sociais.

Os manuais, tanto os que eram importados principalmente de Portugal quanto os publicados pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro, desempenharão um papel primordial no processo de construção de um projeto civilizador baseado nas boas maneiras, tanto para os homens como para as mulheres da camada dirigente.

¹ LIMA, Manoel de Oliveira. **Dom João VI no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. 790p. ; CALMON, Pedro. **O rei do Brasil**: vida de D. João VI. São Paulo: Ed. Nacional, 1943. 324p. ; MALERBA, Jurandir. **A corte no exílio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 412p.

Por meio de uma linguagem nem sempre direta, os libelos possuíam um tom moralista e sugeriam aos leitores seguirem um tipo ideal de conduta.

Essa pesquisa procura evidenciar se as práticas inseridas nos guias eram realmente assimiladas pela classe detentora de prestígio, e seguidas com rigor por uma sociedade preocupada em transparecer modos de comportamento mais polidos, ou se tais práticas eram olvidadas na dinamicidade cotidiana do Rio de Janeiro de D. João VI.

Durante o caminho de investigação, colocavam-se algumas indagações: partindo do pressuposto de que a transferência da corte portuguesa culminou numa nova configuração da extratificação social fluminense e do *status quo*, como se constituiu a camada dirigente? Quais as características distintivas daquele grupo social? Quais os tipos de manuais que circulavam durante o período joanino, considerando-se os publicados em Portugal e no Brasil? Qual seu conteúdo? A quem se destinavam?

Com vistas a buscar respostas a tais indagações, assim dividimos nosso estudo: no primeiro capítulo procuramos contextualizar, a partir dos manuais de etiqueta então em circulação no reino, qual era o quadro geral do “bem viver” em corte no final do século XVIII, considerando que em um primeiro momento a corte francesa, em nome da “civildade”, projetara regras e padrões de conduta com a finalidade de se legitimar enquanto grupo detentor de prestígio. Como marco do desenvolvimento dos costumes cortesãos portugueses consideramos o reinado de D. João V (1706-1750). Citadas sucintamente, as duas monarquias posteriores – D. José I (1750 – 1777) e D. Maria I (1777 – 1792) – também foram catalizadoras de mudanças importantes dos hábitos portugueses. Após essa análise, tratamos dos acontecimentos políticos que levaram o próximo regente, D. João VI (1792 – 1826) a transferir com sua corte para a colônia brasileira e que fizeram do Rio de Janeiro a nova capital da monarquia portuguesa.

No capítulo seguinte buscamos elucidar os diversos desdobramentos que a presença da corte proporcionou ao Rio de Janeiro, apontando sobretudo em que implicou o impacto da vinda da corte no cotidiano fluminense. Destacamos o surgimento de cargos públicos especialmente criados para absorver a fidalguia lisboeta; medidas de melhorias urbanas, visando uma remodelação da cidade afim de adequá-la à nova situação; a fundação de instituições culturais e formas de sociabilidades que atendessem à nobreza transplantada. Paralelamente a esse novo

cenário que ia se configurando, um grupo social fluminense em particular irá se destacar: o dos negociantes de grosso trato². Eles foram em grande parte os responsáveis pela manutenção financeira da máquina governamental e da corte transplantadas. Como contribuição pelo sustento monetário dado, a eles seriam concedidos mercês e ofícios públicos, liberalidades essas que colaborariam para a adoção de atitudes que pudessem distingui-los dos grupos sociais inferiores. A alta camada fluminense se empenhará em firmar as distinções sociais face a outros grupos – e por tanto que a singularizam e identificam enquanto tal por meio dos manuais então prescritos.

No capítulo final adentramos mais especificamente nos aspectos simbólicos da sociedade de corte. Ao fazer um contraponto com os manuais que circulavam no Rio joanino, analisamos a construção de um projeto de civilidade baseado na valorização da moral, tema esse que começou a se popularizar nos textos ficcionais europeus a partir do século XVI e que se intensificou no XIX³. A dama virtuosa, a boa mãe, o esposo dedicado, todos esses são modelos comportamentais que os códigos “civilizacionais” pregavam, os quais a camada abastada deveria se espelhar.

Quando utilizamos, ao longo da dissertação, a expressão “camada abastada fluminense” procuramos fazer referência especialmente a dois tipos de grupos sociais: o da corte portuguesa, composto pela fidalguia, e o dos comerciantes de grosso trato fluminense. É preciso observar que, apesar de fazermos uso da expressão “corte brasileira” durante o período estudado (1808 – 1821), a mesma tem por significado muito mais uma corte *no* Brasil do que uma corte *do* Brasil. Em abril de 1821 mais de 4 mil pessoas – dentre elas a corte de D. João VI e de D. Carlota Joaquina, oficiais, ministros e diplomatas – voltariam para Portugal, país que um ano antes fora sede de um movimento liberal que defendia o retorno do regente.

Em virtude da volta de parte da nobreza portuguesa em 1821 e da falta de um planejamento sistemático para a vinda da Família Real em 1808, o conceito “corte brasileira”, na acepção da palavra, começaria a adquirir contornos mais rígidos no reinado de D. Pedro I (1822 – 1831). A partir desse período assistiu-se a uma maior solidificação da regulamentação de instituições e de aparatos burocráticos.

² PRADO, João Fernando de Almeida. **D. João VI e o início da classe dirigente do Brasil 1815 - 1889**. São Paulo: Companhia Nacional, 1968, p.135 -137; MALERBA, 2000, op. cit., p.224.

³ CANDIDO, Antonio. **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Atica, 2003, p. 70-75.

Contudo, apesar de não haver no período joanino uma corte essencialmente “brasileira”, os grupos sociais que representavam a classe dirigente se apropriaram de simbologias que os distinguiram das demais extratificações. A utilização do coche, o uso de vestimenta francesa, o consumo de alimentos importados, a frequência com que se ia a estabelecimentos pagos, a assimilação das prescrições que continham nos opúsculos: todos esses fatores corroboraram para a propagação dos códigos civilizatórios.

Cabe ainda ressaltar que, ao trabalharmos com a idéia de “civilização”, estamos fazendo referência ao conceito sugerido por Norbert Elias. O termo “civilização”, tal como o conhecemos hoje, refere-se à consciência de “progresso”, de “racionalização”, de transformação da conduta, pelas quais a sociedade ocidental européia – mais precisamente a França – fôra agente. A idéia de movimento, no sentido de sempre seguir “em frente” está presente nos aspectos políticos, econômicos, religiosos, morais e sociais franceses, nos quais o conceito de civilização não se limitou somente à aristocracia de corte - naturalmente um grupo que possui polidez e boas maneiras -, mas estendeu-se à burguesia, que fôra relativamente incluída mais cedo no círculo cortesão se comparada às classes burguesas de outros Estados. Conseqüentemente, houve uma apropriação dos modelos comportamentais da corte pela burguesia, ou seja, uma assimilação do que era considerado como “civilizado”:

Não é um indivíduo que um dia inventa a colher, o garfo ou o guardanapo, como utensílios técnicos com objetivos precisos e instruções claras quanto ao modo de emprego, é antes através dos séculos, diretamente no trato social e no uso, que, gradualmente, se vai delimitando a função desses objetos e se busca e consolida a sua forma.⁴

De acordo com Norbert Elias, a longo prazo, as sociedades ocidentais foram agentes de mudanças estruturais que se operaram em seus comportamentos exteriores. Essas transformações ainda ocorrem nos dias de hoje e estão presentes no cotidiano social, pois, o que fôra rotulado de “civilizado” há alguns séculos já não o é atualmente, e o que hoje é taxado de bom-tom poderá não o ser para as gerações vindouras. Aquilo que Elias chama de “o processo civilizador”, no sentido de uma progressiva introjeção, pelos indivíduos, das normas de conduta social ou “sociogênese do habitus”, é um processo de longa duração que remonta à Idade

⁴ ELIAS, Nobert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, v.1. p. 152.

Média. Com o tempo, o código comportamental foi se tornando mais rígido, e a sensibilidade sobre o que se devia ou não fazer, mais apurada.⁵

Segundo Veblen e Bourdieu, a disseminação dos códigos de conduta serviu como elemento fundamental para a instituição da distinção social entre os diversos grupos sociais. De acordo com o último autor, essa distinção não pode ser considerada como acabada e mecânica, tornando-se questionável a premissa de que certas propriedades sejam consideradas como parte intrínseca de uma determinada sociedade. De fato, o que há são interdependências das práticas nos diferentes espaços sociais em um dado momento de cada grupo. Dessa maneira, uma prática considerada anteriormente como essencialmente nobre pode deixar de o ser, ao passo que uma prática difundida nas classes populares pode vir a ser adotada pelas camadas mais altas.⁶ Segundo Bourdieu, a posição na hierarquia ocupada pelos agentes está subordinada ao capital econômico, cultural e social. Essas dimensões distintivas são condicionadas por duas instâncias que proporcionarão o julgamento do gosto e a conseqüente repulsa à primazia do outro: a instrução e a herança familiar. A linhagem e a instituição escolar se constituem como mercados simbólicos que muitas vezes distinguem uma classe social de outra.⁷

A disseminação dos preceitos de comportamento cortesãos para os grupos sociais mais baixos redundava em uma “desvalorização”, “forçando” a aristocracia a evoluir seu comportamento para se distinguir dos demais grupos. Para Elias, esse processo – ainda corrente – é uma espécie de círculo evolutivo, pois sempre se está buscando novas formas de manter essa diferenciação.⁸

Em certa medida, a sociedade de corte francesa da época moderna é tomada pelos estudiosos como paradigmática no que concerne ao processo de regulamentação das atitudes polidas e da adoção da cortesia nas relações sociais, as quais também foram sendo adotadas em territórios vizinhos. Isso adquire contornos mais rígidos em fins do século XVIII, com o surgimento de um novo gênero literário ligado às boas maneiras, impulsionado pelas crescentes

⁵ Ibid., p. 152.

⁶ VEBLÉN, Thorstein. **Teoria da classe ociosa**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1965. 358p.;

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**. Campinas: Papirus, 1997. 224p.

⁷ BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2007, p. 90-98.

⁸ ELIAS, 1994, op. cit., p. 152.

industrialização e comercialização⁹. Eram os guias de boa conduta, que prescreviam signos de etiqueta a serem exteriorizados por uma elite interessada na adoção de modelos que pudessem legitimá-la.

Por meio desses manuais de civilidade, as classes hegemônicas procuravam instituir seu modo de vida como diferencial em relação a outros segmentos sociais. As restrições de como portar-se em público tornavam-se cada vez mais aguçadas. Por exemplo, se nos manuais anteriores à 1672 era permitido cuspir em presença de pessoas superiores ou da mesma hierarquia, a partir desse ano o ato é considerado uma indecência. O tratado de 1729 sugeria colocar o pé e escondê-lo, ao passo que no livro editado em 1859: “Cuspir é, em todas as ocasiões, um hábito repugnante; não preciso dizer mais do que: nunca contraiam esse hábito. Além de grosseiro e horrível, é muito mau para a saúde”.¹⁰

Assim como o ato de cuspir, outras imposições foram retratadas. A constância de talheres durante as refeições, no qual os dedos deram lugar aos instrumentos de mesa; a “evolução” da maneira de assoar entre pessoas graduadas, em que o lenço substitui o uso livre das duas mãos; a presença do guardanapo frente ao antigo costume de limpar mãos e bocas na vestimenta após as refeições. Estes são alguns índices notáveis de como o homem cortês adquiriu simultaneamente maiores exigência e repugnância, no sentido da imposição externa (social) de um maior auto-controle das pulsões individuais.¹¹ E não somente padrões materiais se modificavam. O controle de aspectos morais também fez-se presente, seja na moderação da fala, seja na regulação da manifestação de sentimentos e de vontades.

Os guias de conduta atentavam para a necessidade da corte de se adotar tais costumes, onde para cada local e circunstância havia uma etiqueta a ser

⁹ O século XVIII foi importante para a afirmação da camada burguesa na esfera pública, na França como no restante da Europa. Por meio da diferenciação sócio-política em relação às outras camadas sociais, a burguesia criou mecanismos de preparação na ação pública e construiu uma “identidade” simbólica, baseada numa crescente participação nas áreas cultural, econômica e política. Gradualmente, a sociedade aristocrata da corte foi sendo ultrapassada pela “sociedade profissional-burguesa-urbana-industrial”. À medida que esta sociedade comercializava, passava a possuir renda monetária e comprava títulos de nobreza. Apesar dessa sobrepujança, o cunho cultural-civilizatório da sociedade aristocrata seria preservado. ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 65.

¹⁰ ELIAS, 1994, op. cit., p.196.

¹¹ Em seu capítulo “Sobre Norbert Elias”, Malerba analisa a teoria elisiana sobre a “civilização ocidental”, atentando para o fato de que o desenvolvimento social proporcionou às sociedades uma “reeducação de nosso aparelho cognitivo”, acompanhada de uma maior individualização do indivíduo. MALERBA, Jurandir (Org.). **A velha história: teoria, método e historiografia**. Campinas: Papirus, 1996. p. 74-75.

seguida. Escritos de forma direta e objetiva, esses guias continham uma grande quantidade de restrições e vetos, o que evidenciava a característica cerceadora.

CAPÍTULO 1 A SOCIABILIDADE NO PORTUGAL DO ANTIGO REGIME

1.1 A influência das maneiras em Portugal

Conforme se afirmou anteriormente, a corte francesa não fôra a única a expressar maneiras de civilidade contidas nos livros. Em Portugal, a influência dos costumes chegava por meio de publicações originárias na língua portuguesa e por meio de traduções vindas de outros países¹².

Certamente um dos manuais mais divulgados na corte lisboeta era o do cônego português da Ordem de Santo Agostinho, D. João de Nossa Senhora da Porta Siqueira. Editado em Lisboa pela primeira vez no ano de 1786, o “Escola de Politica, ou Tratado Pratico da Civilidade Portugueza”¹³, continha uma série de advertências direcionadas à corte, e principalmente ao sexo masculino. No que tange ao conteúdo, não era muito diferente dos impressos publicados no período, pois geralmente este gênero literário dedicava-se à “arte de bem civilizar-se”. Dividido em treze capítulos, o texto de Porta Siqueira abarcava variados assuntos: conversação; composição do corpo; modo de fazer visitas; maneira de vestir-se; comportamentos na mesa, nas assembléias e durante o passeio.

Por meio da publicação local, ou mesmo da importação, chegava a Portugal as novas concepções de sociabilidade no final do setecentos. Para compreender de que forma o poder real português forjou uma sociedade de corte que se baseara muitas vezes nos princípios franceses de etiqueta, é preciso antes entender como se fez o desenvolvimento da corte na França.

No Antigo Regime, a monopolização do poder do Estado não se mostrou de forma homogênea em toda Europa, uma vez que as especificidades e as

¹² É preciso frisar que desde muito cedo a circulação de obras em Portugal esteve subordinada à órgãos censoriais, os quais tinham o intuito de legitimar o catolicismo exemplificado na Igreja da Contra-Reforma e suprimir pensamentos heréticos, tanto na Coroa quanto nos domínios portugueses. Para manter o domínio sobre o que se lia, foram introduzidos organismos fiscalizadores, para citar alguns, o “Ordinário” (1517), o “Santo Ofício da Inquisição” (1536) e o “Desembargo do Paço” (1576). Este último perdurou até 1833, sendo institucionalizado no Rio de Janeiro em 1808. O assunto será retomado posteriormente. VILLALTA. Luiz Carlos. Vida privada e colonização: o lugar da língua, da instrução e dos livros. In: NOVAIS, Fernando (Coord.). **História da vida privada no Brasil: império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, v. 1. p. 333-385.

¹³ PORTA SIQUEIRA, D. João de Nossa Senhora da. **Escola de politica, ou tratado pratico da civilidade portugueza**. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1862. O referido compêndio será estudado nos dois capítulos seguintes desta pesquisa.

singularidades intrínsecas a cada sociedade, somadas à dinâmica governamental, desenharam complexas redes entre súditos e soberanos. Sobretudo na passagem da Idade Média para a Renascença, assistiu-se a uma transformação na definição da forma de governo monárquica. O caráter dual apropriado pelo monarca cristão – aquilo que Ernst Kantorowicz chama de “os dois corpos do rei” –, expresso no humano e na divindade, será fundamental para o controle do poder político¹⁴.

O maior exemplo de ostentação estatal concentrada na figura do rei durante o Antigo Regime esteve presente na França, sobretudo em Luís XIV (1660-1715), que fez com que Paris se sobressaísse perante os demais centros urbanos do Velho Mundo. No final do século XVII esse destaque se dará tanto no senso de grandeza do soberano, cujas modificações urbanas inserem Paris como vitrine da Europa¹⁵, quanto na construção da principal residência do monarca, Versalhes, e na existência de uma corte suntuosa, baseada na estreita relação que mantém com o rei. Ao longo do período governativo, a propaganda da imagem do monarca era utilizada para fabricar um conceito público favorável a seu respeito. As reproduções visuais como retratos, estátuas, moedas e o uso das palavras, como a divulgação de poemas ou prosas em seu louvor, explanavam somente suas virtudes. A finalidade da imagem era “celebrar Luís, glorificá-lo, em outras palavras, persuadir espectadores, ouvintes e leitores de sua grandeza”.¹⁶

Ao discorrer sobre a corte francesa de Luís XIV, Nobert Elias percebeu na pessoa do soberano um fenômeno singular e exclusivo do seu tempo, por possuir uma rigorosa disciplina pessoal cuja dominação poderia ser exemplificada pelo controle do equilíbrio das ascensões e decadências sociais segundo seu próprio interesse, especialmente com relação à nobreza. A representação do monarca se fazia tão constante que não havia uma nítida separação entre suas ações no âmbito público e no âmbito privado: todos os seus atos exibiam uma série de cerimônias com funções simbólicas.

Seu despertar ou o momento de ir dormir e seus amores eram ações tão importantes quanto a assinatura de um acordo governamental, e eram

¹⁴ KANTOROWICZ, Ernst. **Os dois corpos do rei**: um estudo sobre a teologia política medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 547p.

¹⁵ WILHELM, Jacques. **Paris no tempo do Rei Sol**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p.13-17.

¹⁶ BURKE, Peter. **A fabricação do rei**: a construção da imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. p. 31. Para o sociólogo francês Balandier, o controle do poder público depende da arte da persuasão do rei, que desenvolve ritos e símbolos capazes de manipular diretamente a sociedade por meio de vários tipos de linguagem. BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília, DF: Ed. UNB, 1982. p. 10- 45.

configuradas com o mesmo nível de organização. Todas elas serviam em certa medida para manter sua dominação pessoal e sua *réputation*.¹⁷

A aristocracia de corte no tempo de Luís XIV – sinônimo da extensão da casa real e das pessoas graduadas que o cercavam – cumpria uma certa etiqueta que conservava seus privilégios enquanto nobres. A execução da etiqueta era muitas vezes imposta pelo rei. Dessa forma, o seu não-cumprimento significava o rebaixamento na hierarquia social, uma vez que a nobreza tornava-se sujeito de práticas nobres e era obrigada a agir nobremente.¹⁸

Se na França um dos mais expressivos modelos de governo absolutista foi com Luís XIV, em Portugal, foi no extenso reinado de D. João V (1707-1750) que a corte mostrava seu fausto, ainda que modesto se comparado ao da francesa, e almejava “seguir” os passos dessa.

Numa tentativa de emular Luís XIV e sua corte, D. João desenvolveu uma “cultura da nobreza”, nas palavras de Joaquim Veríssimo Serrão. Essa cultura se baseou no aumento da importação de artigos de luxo franceses considerados exemplos de bom gosto e civilidade, numa maior extratificação da nobreza palaciana e na prodigalidade do monarca com a criação de novos títulos nobiliárquicos.

Contudo, também impôs restrições contra o excesso de luxo que provocava prejuízos para a balança comercial do país. Os desenfreados gastos com a vestimenta o levou a sancionar uma pragmática em 1749 contra “aquellas superfuidades e excessos que tinha introduzido o luxo e a vaidade”.¹⁹ Tal medida ocasionou paralisação na produção de algumas fábricas têxteis, e o conseqüente desemprego de artífices. É evidente que as pragmáticas contrárias à ostentação da riqueza eram assimiladas até certo ponto, mesmo porque a França, com seus modismos e costumes, representava uma grande escola em termos de cultura e civilidade. Os signos de superioridade e inferioridade existentes na sociedade portuguesa desde o século XVII continuariam a conferir fielmente a hierarquia: utilizar coche, vestir seda ou renda e portar arma eram símbolos que somente a aristocracia poderia exteriorizar²⁰.

¹⁷ ELIAS, 2001, op. cit., p. 151.

¹⁸ BOURDIEU, 1997, op. cit., p. 152.

¹⁹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. Administração e sociedade. In: MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal: a restauração e a monarquia absoluta (1640-1750)**. Lisboa: Editorial Verbo, 1980, v. 5. p. 366.

²⁰ MAGALHÃES, Joaquim Romero. A sociedade In: MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal: no alvorecer da modernidade (1480-1620)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, v. 3. p. 481-497.

D. João representava, e muito bem, a monarquia corporativa do Antigo Regime, na qual a sua autoridade era peça fundamental na administração do Estado. Detinha poderes que contrabalançava as forças sociais, proporcionando certa plasticidade em todas as esferas sociais. Neste aspecto, a intervenção régia ultrapassava todos os domínios, a começar pela justiça. Ao soberano era outorgado o direito da graça e da punição perante seus súditos, os quais criavam um certo hábito de obediência por temor àquele que possuía um direito divino natural. O rei também concedia perdão e graça numa atitude de clemência, qualidade essa reguladora do poder real. Este então passava a ser uma espécie de pastor, devendo ser amado pelos vassalos.

Se, ao ameaçar punir, o rei se afirmava como *justiceiro*, dando realização a um tópico ideológico essencial no sistema medieval e moderno de legitimação do Poder, ao perdoar, ele cumpria um outro traço da sua imagem – desta vez como *pastor* e como *pai* –, essencial também à legitimação.²¹

Nos dois pólos – punição e graça – a disciplina social possuía uma função política de defesa da hegemonia simbólica do príncipe.

Ao escrever para a nobreza portuguesa em 1749 sobre a melhor forma de governar, Damião de Lemos Faria e Castro deixa claro esse pensamento:

A summa justiça he rigor, e a demasiada clemencia frouxidão. Ha de haver justiça com clemencia, e clemencia com justiça. Busque-te no castigo tal prudencia, que com o maior danno do aggressor se satisfaça o crime, e offenda a Republica. Se a culpa pede vingança, a pessoa grita pela compaixão. O throno do Príncipe he throno de clemencia. Perde o Príncipe a essencia de Soberano, quando se esquece de ser clemente.²²

Portanto, justiça e clemência – quando utilizadas na medida certa – eram consideradas as maiores virtudes de um príncipe.

Quarenta e um anos mais tarde o bacharel português Francisco Antonio de Novaes Campos oferecia um manuscrito ao futuro D. João VI, então príncipe do Brasil, intitulado “Príncipe Perfeito”, contendo sonetos que exaltam sua imagem. No seguinte trecho fica evidente que a ascendência do monarca é importante para um bom governo, porém é insuficiente se aquele não possuir competência e destreza

²¹ HESPANHA, Antonio Manuel. A punição e a graça. In: MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal: o antigo regime (1620-1807)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, v.4. p. 248. (grifo do autor).

²² CASTRO, Damião Antonio de Lemos Faria e. **Política moral, e civil, aula da nobreza luzitana**. Lisboa: Officina Francisco Luiz Ameno, 1749. p.74. Consultar MALERBA, 2000, op. cit., p. 212-218.

próprias para exercer a monarquia. “Bom he vir de Progenie esclarecida/ Mas deve ser nos Princeses prezada/ A gloria propria mais que a transmetida.”²³

A partir da primeira metade do século XVIII, há em toda Europa o desenvolvimento de novas correntes seculares e modernas que irão se destacar por criticar a forma de governo do Antigo Regime. Em Portugal a chamada “onda iluminista” terá uma maior expressão a partir de meados de 1740, acentuando-se no reinado de D. José I (1750 - 1777). É neste período que o Iluminismo ganha uma feição de Estado, representada pela política do despotismo esclarecido – doutrina que subordina toda a nação ao poder incontestável do monarca – na figura do primeiro ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, principal articulador do governo josefino.

O movimento ilustrado português foi marcado por uma grande influência vinda especialmente da França, Inglaterra, Itália e Alemanha, em detrimento da influência espanhola. Os modos “estrangeirados” eram introduzidos sobretudo por intelectuais e cientistas portugueses que freqüentavam os variados meios culturais daqueles países nas áreas de direito, medicina, educação, dentre outras.²⁴

O impacto das Luzes também pode ser percebido no desenvolvimento da prática cultural, em que a criação das academias obtivera lugar preponderante. Em 1720 D. João funda a “Academia Real da História”, numa tentativa de salvaguardar o patrimônio histórico com a especialização do estudo da História Portuguesa. Contudo, a que mais representou os ideais iluministas foi a “Academia Real das Ciências”, instituída em 1779, a qual possuiu, além de projetos de reforma científica, econômica e de saúde, um museu e uma biblioteca.²⁵

Na esfera educacional, ficou por conta do Marquês de Pombal a realização de uma série de medidas culturais e pedagógicas que estavam de acordo com os princípios da Ilustração. De conformidade com o fundamento iluminista que desprestigiava o poder da Igreja e reconhecia a autoridade do rei, o primeiro-ministro secularizou o ensino nas mãos do Estado, afastando os jesuítas da Companhia de

²³ CAMPOS, Francisco Antonio de Novaes. **Príncipe Perfeito**: emblemas de D. João de Solorzano parafraseados em sonetos portugueses e oferecidos ao Serenissimo Senhor D. João Principe do Brazil. Lisboa: ICALP, 1790. p. 12.

²⁴ Para um estudo pormenorizado sobre o período da Ilustração em toda a Europa, consultar FALCON, Francisco José Calazans. **Iluminismo**. São Paulo: Ática, 1986. 93p.

²⁵ MARQUES, Antonio Henrique de Oliveira. **História de Portugal**: desde os tempos mais antigos até ao governo do Sr. Marcelo Caetano. 2. ed. Lisboa: Edições Ágora, 1973. p. 555-556.

Jesus²⁶, os quais monopolizavam não só a instrução em Portugal, como também nos trópicos.

Um dos maiores exemplos de como o despotismo esclarecido influenciou na condução da política urbana foi a reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755, que, na manhã de 1º de novembro deixou a cidade em ruínas. Naquele dia, palácios, casas, igrejas, teatros, hospitais, e vários outros estabelecimentos caíram por terra. Calcula-se entre dez e quinze mil as vítimas²⁷ do terremoto, que foi acompanhado de enchentes e incêndios. As perdas materiais também foram desastrosas: das cerca de quarenta igrejas paroquiais, trinta e cinco ruíram; das vinte mil casas, apenas três mil ficaram em condições habitáveis; aproximadamente setenta mil livros da Real Biblioteca – a maior biblioteca de Portugal – sucumbiram.²⁸

Conforme atesta Kenneth Maxwell, a reconstrução da cidade proporcionou o impulso para Pombal se firmar no poder e realizar o intervencionismo estatal na sociedade. Foram muitas ações para tanto. Fixou o preço dos alimentos e aluguéis a níveis anteriores o de 1755, mandou enforcar saqueadores e arruaceiros que se aproveitavam da situação pública caótica, contratou engenheiros militares, topógrafos e arquitetos. Lisboa passou a ser um exemplo clássico de cidade planejada²⁹, racionalmente edificada com suas ruas niveladas e construções metricamente traçadas.

A reestruturação da cidade, contudo, não foi significativamente responsável pela transformação do aspecto urbano já presente em momentos anteriores. Muitos viajantes que visitaram Lisboa no final do século XVIII notaram certa diferença entre Lisboa e os demais centros europeus. J. B. F. Carrère, médico francês que viveu em um dos bairros pobres da cidade em 1786, por exemplo, fica admirado com a falta de policiamento:

[...] rouba-se, mata-se, sem que os portugueses procurem socorrer os desgraçados agredidos. Antes pelo contrário, mais se trancam em suas casas. Acontecimentos destes são freqüentes em Lisboa, cidade onde há

²⁶ Ficou a cargo dos religiosos da Companhia de Jesus pelo espaço de duzentos anos não apenas o desenvolvimento incipiente da instrução (leia-se instrução religiosa) educacional na colônia – direcionada para os poucos filhos das ricas famílias que freqüentavam o ensino secundário – como também a fiscalização sobre a entrada de obras na colônia. RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil**. São Paulo: IMESP, 1988. p. 207.

²⁷ MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira. **História de Portugal**. 11. ed. Lisboa: Livraria Editora, 1927. p. 174-176.

²⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 29-32.

²⁹ MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 10-35.

mais condições propícias ao roubo e ao assassinio, sendo por isso aquela onde se cometem em maior número estes crimes. Contudo, é a mais mal policiada de todas as cidades, o que a torna verdadeiramente perigosa.³⁰

Sobre o asseio nas ruas, Carrère censura a falta de zelo da Intendência Geral da Polícia - órgão político-administrativo cujas funções seriam a de manter a ordem, estimular a educação, controlar a circulação de livros, melhorar a aspecto sanitário -, que, a despeito de cobrar impostos da população para o custeio da limpeza, raramente se empenhava em varrer as ruas:

No Inverno, a lama amontoa-se nas ruas por causa das chuvas abundantes e prolongadas, próprias da estação; as vias principais, as mais freqüentadas, estão quase sempre com um meio pé de lama nas partes laterais e, no meio, com enormes montes. Pior ainda nas ruas pequenas, travessas e ruas escuras, as quais, na maior parte do ano, se conservam impraticáveis.³¹

Para Carrère, não só as ruas eram vítimas do desleixo português. A própria corte possuía um caráter de mesquinhez e de simplicidade. Talvez pelo fato de ser francês e já ter presenciado a magnificência daquela corte, o autor percebia uma grande diferença da nobreza lisboeta face as do restante da Europa. “Não existe nesta corte aquela gentileza delicada, o à-vontade, as boas maneiras, a linguagem elegante, fácil, ligeira, nem tão-pouco o aspecto nobre e descontraído, a graça honesta e discreta, que distinguem muitas das cortes européias”.³²

A falta de ostentação de que se queixa Carrère era também consequência do devastador terremoto de 1755, pois muitos nobres perderam suas riquezas e ficaram arruinados, quando não foram eles próprios dizimados pelo sismo. Mesmo sem finanças, o certo é que a nobreza tentava conservar sua linhagem e seu fausto. Com escassos recursos, mantinham a fachada: por baixo de um travesseiro com fitas entretecidas com fios de ouro e colchas de seda chinesas havia muitas vezes um colchão de palha de milho.³³

De modo geral, os divertimentos na corte não eram muitos. Ao tempo de D. Maria I (1786-1792) o entretenimento consistia basicamente nas procissões, bailes, saraus, teatros e touradas. Em termos sociais, as procissões tornaram-se de longe o maior divertimento da sociedade devido ao caráter religioso da administração

³⁰ CARRÈRE, Joseph-Barthélemy-François. **Panorama de Lisboa no ano de 1796**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1989. p. 63.

³¹ CARRÈRE, 1989, op. cit., p. 66.

³² Ibid., p. 54.

³³ CHANTAL, Suzanne. **A vida cotidiana em Portugal ao tempo do terramoto**. Lisboa: Livros do Brasil, [19--]. p. 104.

mariana. Os botequins, as casas de bilhar e os quatro teatros públicos também eram procurados pelas camadas populares, bem como o passeio no Terreiro do Paço.

Frequentador da corte portuguesa em 1787, o lorde inglês Sir William Beckford não deixou de assistir a uma corrida de touros, o que lhe causou certa repugnância:

Depois de termos esperado um quarto de hora no nosso camarote [...], abriu-se a porta do recinto fechado e um dos bois viu-se forçado, contra sua vontade, a sair para a arena. Ali ficou imóvel, por momentos, até que o cavaleiro, girando rapidamente à volta dele, lhe espetou a lança no lombo. Embora ferido e dorido, não fez qualquer violento esforço para se defender ou vingar. [...] O espetáculo desgostou-me profundamente.³⁴

Apesar de possuir casas de espetáculos, Lisboa não tinha tradição na arte dramática. Nos Teatros Reais, os espetáculos líricos eram apresentados com frequência por companhias estrangeiras.

Ao assistir uma apresentação no Teatro da Rua dos Condes, Beckford descreve a sua impressão: “A peça enjoou-me mais que me divertiu. O teatro é baixo e estreito, o palco uma pequena galeria, e os actores, pois não há actrizes, abaixo de toda crítica.”³⁵ Passados alguns meses, o inglês volta ao Teatro, quando obtém uma nova opinião: “Fiquei surpreendido com o cenário, que era realmente bom, e com os trajes, que eram, na verdade, esplêndidos e muito bem imaginados. Os actores também não eram tão abomináveis [...]”³⁶

É certo que a vida social na corte portuguesa não se apresentava como nas cortes francesa ou inglesa, mas nítidas transformações vinham ocorrendo, especialmente desde o reinado de D. João V.

Se a nobreza lusitana deixava a desejar em termos de magnificência na própria Lisboa, que dirá quando parte da mesma se transferir, em 1808, para o Rio de Janeiro, uma cidade considerada inóspita pelos viajantes europeus que até então a tinham visitado. É o que veremos com detalhes na seção seguinte, no qual evidenciaremos os principais acontecimentos em torno à transferência da corte.

³⁴ BECKFORD, William. **Diário de William Beckford em Portugal e Espanha**. 3. ed. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1988. p. 86.

³⁵ *Ibid.*, p. 100.

³⁶ *Ibid.*, p. 147.

1.2 Transferindo a corte

As últimas décadas do século XVIII representaram um período decisivo em toda a Europa. Em 1789, a França era palco de um movimento liberal que contestava a centralidade política eternizada pela figura divina do rei. A Revolução Francesa sacudiu os ânimos dos soberanos absolutistas europeus, e no continente as opiniões das nações se alternavam.³⁷

Em 1792, a Coroa lusitana passa a ser administrada pelo príncipe D. João VI, devido aos problemas de saúde de sua mãe D. Maria I. O príncipe dá então início a um governo defensivo, apoiando-se no Conselho de Estado formado por importantes nobres das esferas militar, política e econômica. Nesse contexto, Portugal era pressionado por duas facções antagônicas: por um lado, Napoleão, ameaçando o litoral português com sua tropa, caso não fechasse seus portos para os navios ingleses e não cessasse o comércio marítimo com estes; por outro, a Inglaterra, propondo-lhe proteção política nas relações internacionais e certa estabilidade, caso permanecesse a livre circulação de mercado entre ambos. A todo custo Portugal tentava se manter neutro, pois almejava resguardar sua liberdade política e preservar seus domínios coloniais do outro lado do Atlântico, principalmente no Brasil.³⁸

A situação portuguesa se torna insustentável quando a tropa francesa liderada por Junot invade o território português. Nesta ocasião, D. João adota a idéia da transferência para o Brasil, visto a debilidade do reino e sua ineficiência militar.³⁹

³⁷ Ver NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Napoleão Bonaparte: imaginário e política em Portugal (1808- 1810)**. São Paulo: Alameda, 2008. 360p. O livro sintetiza o contexto político português às vésperas da vinda da corte portuguesa para o Brasil, enfatizando sobretudo a situação sócio-política portuguesa após a ausência da Família Real no país.

³⁸ PEDREIRA, Jorge Miguel. Economia e política na explicação da independência do Brasil. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **A independência brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p. 75-76; MONTEIRO, Tobias. **História do Império: a elaboração da independência**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Educação e Cultura, 1972. 817p.; LIMA, 1996, op. cit., 790p.; MALERBA, 2000, op. cit., 412p. ; WILCKEN, Patrick. **Império à deriva: a corte portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005. 328p.

³⁹ De acordo com Maria de Lourdes Viana Lyra, a vinda da corte portuguesa para o Rio de Janeiro não só se mostrou como uma das alternativas mais plausíveis para a assecuração do Estado português como também para o desenvolvimento de um Império luso-brasílico que pudesse “devolver” o papel angular português no contexto europeu. LYRA, Maria de Lourdes Viana. **A utopia do poderoso império: Portugal e Brasil: bastidores da política (1798-1822)**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994. 256p.

A Inglaterra passa a apoiar a idéia da transferência da corte portuguesa, pois visava vantagens econômicas no novo mercado que se abriria.⁴⁰

O seguinte pronunciamento político – impregnado de um discurso ufanista e simplista que engrandecia a preferência do monarca –, já em território fluminense, enfim deixava evidente o término da neutralidade:

S.A.R. o Príncipe Regente abraçou então o único partido, que poderia convir-lhe, para não se afastar dos princípios, que tinha constantemente seguido; para poupar o sangue dos Seus Povos, e para evitar a completa execução das vistas criminosas do Governo Francez, que não se propunha nada menos, que a apoderar-se da Sua Real Pessoa, e de todas as que compoem a Sua Augusta Família Real, [...]. A Providencia favoreceu os esforços de hum Príncipe justo; e a magnanima resolução, que S.A.R. abraçou de retirar-se aos Seus Estados do Brazil, com a Sua Augusta Família Real, tornou totalmente inúteis os designios do Governo Francez, e descortinou á face de toda a Europa[...].⁴¹

Fica explícito no fragmento o caráter dual da política européia internacional, sintetizada por duas ramificações contrárias – a francesa encarada como arbitrária e a inglesa como necessária – que coube ao governo de D. João optar.

Em fins de 1807 cerca de quinze mil almas – dentre elas a Família Real, a nobreza e a criadagem – mal acomodadas em oito naus, uma escuna, três brigues, quatro fragatas e alguns navios mercantes deixavam o porto lusitano acompanhados pela divisão inglesa do almirante Sidney Smith⁴².

No mesmo dia em que aqui desembarcou, D. João interrompe na Bahia o chamado “antigo sistema colonial”⁴³, concedendo ao Brasil relativa abertura de

⁴⁰ Grande parte da dinâmica mercantil portuguesa era feita com os ingleses, esses que também mantinham constante comércio com o Brasil. No entendimento de Caio Prado Júnior a colonização brasileira foi uma grande empresa comercial designada a explorar recursos naturais em benefício do mercado europeu. Nesse ínterim, o Brasil seria “uma feitoria da Europa, um simples fornecedor de produtos tropicais para seu comércio.” PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 22.e.d. São Paulo: Brasiliense, 1992. p. 127.

⁴¹ **Manifesto, ou Exposição Fundada, e Justificada do procedimento da Corte de Portugal a respeito da França desde o princípio da Resolução até a época da invasão de Portugal; e dos motivos, que a obrigarão a declarar a Guerra ao Imperador dos Francezes, pelo facto da invasão, e da subsequente Declaração de Guerra feita em consequencia do Relatório do Ministro das Relações Exteriores**. Rio de Janeiro em 1 de maio de 1808, p. 29.

⁴² Sobre a transferência da corte ver O’NEILL, Thomas. **A vinda da família real portuguesa para o Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007. 128p.; LIGHT, Kennet. **A viagem marítima da família real: a transferência da corte portuguesa para o Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. 280p; PEDREIRA, Jorge Miguel; COSTA, Fernando. **D. João VI: um príncipe entre dois continentes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 484p.; MALERBA, Jurandir. **A corte no Brasil: 200 anos**. **Revista Acervo**: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 47-62, jan.jun. 2008.

⁴³ A expressão “antigo sistema colonial” tornou-se bastante utilizada pelos historiadores a partir da obra de Fernando Antonio Novais “Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial”. Nela, o autor trata do aspecto dual das relações econômicas entre a metrópole (centro explorador) e a colônia (periferia explorada pela primeira), que desaguou na colapso do sistema mercantilista. NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1989. 422p.

comércio diante das nações estrangeiras. Essa providência talvez tenha representado um dos primeiros passos efetivos no caminho para a futura emancipação política brasileira que culminaria em 1822, pois nos portos haveria maior liberdade com o aumento da circulação de produtos nacionais e estrangeiros.⁴⁴ Entretanto, o monopólio de certas mercadorias estrangeiras, e a consequente proibição de suas produções na colônia permaneceria presente. “A abertura dos portos ao comércio mundial significava na realidade que, em relação à Europa, os portos estavam abertos apenas ao comércio da Inglaterra, enquanto durasse a guerra no continente.”⁴⁵ Dois anos mais tarde a Inglaterra conseguiria visíveis preferências comerciais no território brasileiro.

A chegada do soberano junto de sua corte ao Rio de Janeiro em oito de março de 1808 foi marcada por celebrações durante nove dias ininterruptos de iluminação e execução de fogos de artifício⁴⁶, nos quais o regente desfilava pelas principais ruas sobre um coche puxado por quatro cavalos, sendo escoltado por sessenta soldados da cavalaria. A procissão pública era composta de pessoas da alta sociedade fluminense, dentre elas civis e militares, todos vestidos de corte. Nota-se que já no desembarque havia certa distinção para se acompanhar os recém-chegados, pois cada pessoa ocupava um lugar específico. A escolha de fluminenses com grandes cabedais para segurarem as varas do pálio onde os membros reais ficariam evidenciava o caráter de extratificação social conforme as suas posses.⁴⁷ O trajeto por onde a augusta procissão passaria era decorado de variadas maneiras. A parte frontal das casas deveria ser ornada, as ruas enfeitadas de flores, areia, folhas, cravos além de diversos aromas.⁴⁸ Esses preparativos seriam utilizados na higienização do espaço público, uma vez que as ruas, estreitas e sujas, muitas vezes serviam como depósito de lixo doméstico. Fazia-se pois necessário

⁴⁴ OLIVEIRA, Luís Valente de; RICUPERO, Rubens. **A abertura dos portos no Brasil**. São Paulo: Senac, 2007. 352 p.

⁴⁵ MANCHESTER, Alan K. **Preeminência inglesa no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973. p. 75.

⁴⁶ D. João ficou tão surpreso com os fogos de artifício no último dia de comemoração que ordenou chamar o artífice responsável pela sua primorosa execução, oferecendo ao boticário português Manoel da Luz uma quantia de seis cruzados, imediatamente recusada por este. **Relação das festas que se fizerão no Rio de Janeiro, quando o príncipe regente N. S., e toda a sua real família chegarão pela primeira vez áquella capital**. Lisboa: Impressão Regia, 1810, p. 14-15.

⁴⁷ MALERBA, Jurandir. Duas histórias do Brasil de Dom João. **Revista Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 15, fase 7, n. 57, out.nov.dez., 2008. p. 111.

⁴⁸ SANTOS, Luís Gonçalves dos. **Memórias para servir à História do Reino do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Zelio Valverde, 1943. 2v. p. 201-240.

encobrir a realidade social pouco polida e fabricar impressões que se aproximassem da expectativa cortês portuguesa.

As comemorações tinham o intuito de estreitar o pacto político entre soberano e súditos na medida em que ritualizava as relações sociais e construía uma imagem real idealizada por meio de simbologias.⁴⁹ E não somente as práticas festivas demonstravam a dimensão da representatividade na figura de D. João. Nas casas, nas instituições públicas e nos estabelecimentos em geral prestavam-se homenagens, como a iluminação em janelas e a criação de monumentos. Em um grande quadro se reproduziam os seguintes versos:

America feliz tens em teu seio/ Do novo Imperio o Fundador Sublime/ Será este o Paiz de Santas Virtudes/ Quando o resto do Mundo he todo crime/ Do grande Affonso a Descendência Augusta/ Os Povos doutrinou do Mundo antigo/ Para a Gloria esmaltar do novo Mundo/ Manda o Sexto João o Ceo amigo.⁵⁰

A vinda da corte resultou também na transferência para o Rio de Janeiro de bens materiais e culturais da nobreza. Grandes somas do Real Erário, mobiliário, jóias, traje, biblioteca e até a Real Tipografia viriam para a colônia com a intenção de nos trópicos tentar reproduzir as condições de sociabilidade de vida em corte mais próximas daquelas vivenciadas em Portugal.

Uma vez no Rio de Janeiro, seria indispensável acomodar a Família Real com sua numerosa criadagem ao novo local de habitação, assim como a nobreza que a acompanhava. Para tal, ficou responsável o antigo vice-rei do Rio de Janeiro D. Marcos de Noronha e Brito, o conde dos Arcos. Não seria uma tarefa fácil, afinal, a colônia brasileira se diferia da velha Lisboa em vários aspectos. A começar, não existia um estabelecimento que correspondesse à altura da antiga moradia real, o Palácio de Queluz.⁵¹

Apesar de pequeno, um dos prédios maiores e mais dignos de ser transformado em Paço Real era justamente o de D. Marcos de Noronha, localizado no Terreiro do Carmo, local onde também funcionava o Tribunal da Relação. Como a cadeia também era um grande edifício, fôra reformada para receber a augusta

⁴⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Pagando caro e correndo atrás do prejuízo. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **A independência brasileira: Novas Dimensões**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

⁵⁰ **Relação das festas que se fizerão no Rio de Janeiro quando o príncipe regente N.S. e toda a sua família chegarão pela primeira vez áquella capital. Ajuntando-se algumas particularidades igualmente curiosas, e que dizem respeito ao mesmo objeto**. Lisboa: Impressão Régia, 1810. p.9.

⁵¹ SCHWARCZ, 2002, op. cit., p. 244; PRADO, 1968, op. cit., cap. 7.

família, e seus presos transferiram-se para o Aljube.⁵² Contudo, o espaço ainda não era suficiente. O conde dos Arcos manda então desalojar os frades do Convento do Carmo para aumentar a Casa Real, anexando-se os dois prédios vizinhos. O interior passou por muitas reformas, construíram-se grandes aposentos com janelas, vastas salas e outros cômodos, tudo com o objetivo de proporcionar maior comodidade.

Instalaram-se no antigo Paço do vice-rei, o soberano, a princesa Carlota e os oito infantes. D. Maria I acomodou-se no convento dos carmelitas. Nos prédios da antiga Cadeia e da Casa da Câmara ficou o elevado número de criados que servia aos aposentos reais. Os aposentos de D. Carlota e de D. João ficavam em regiões opostas. Era sabido de todos que ambos tinham uma convivência turbulenta. A freqüência com que se viam ainda diminuiu consideravelmente depois que o rico negociante Elias Antônio Lopes doou para o regente sua bela chácara em São Cristóvão, local onde passava grande parte de seu tempo.⁵³

Gradualmente, todo o séquito real português fôra alojado nos poucos e antigos casarios e prédios fluminenses. Considerados como mal arquitetados e insalubres, eram inadequados para cortesãos acostumados à um local de habitação mais requintado. Porém, era esta a realidade fluminense que de certa forma deveriam se ambientar, satisfeitos ou não.

As transformações que se operaram no Rio de Janeiro a partir do desembarque da corte efetuaram-se a curto prazo, pois um acontecimento daquela magnitude requeria rápidas e efetivas mudanças no cotidiano da cidade. Analisemos, pois, seu processo e seus desdobramentos.

⁵² **Relação das Festas que se fizerão...**, p. 6; MALERBA, 2000, op. cit., p. 233-234.

⁵³ SCHWARCZ, 2002, op. cit., p. 244; EDMUNDO, Luiz. **A corte de D. João no Rio de Janeiro (1808-1821)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1957, 3v. p. 572-577.

CAPÍTULO 2 O RIO DE JANEIRO É O BRASIL!

2.1 Um novo cenário

Após a instalação da corte no Rio de Janeiro, ocupou-se D. João do rearranjo do aparelho de Estado português que correspondesse às expectativas econômicas, administrativas e políticas da nova situação. O novo ministério foi marcadamente português. Ao lado do seu corpo ministerial, o regente regulamentou instituições capazes de corresponder à nova importância que aquela cidade passaria a ter nos âmbitos nacional e internacional e dessa maneira consolidar o poder régio. Algumas instituições que já existiam em Portugal foram regulamentadas no Rio, como o Tribunal do Desembargo do Paço, a Mesa da Consciência e Ordens, o Conselho Ultramarino, a Intendência Geral da Polícia, a Casa da Suplicação, o Tribunal da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, a Impressão Régia.⁵⁴

Aos poucos, ia-se criando nos trópicos todo um aparato burocrático que pudesse fazer legitimar o governo transplantado. Se os aspectos relacionados à esfera governamental estavam sendo organizados, o mesmo acontecia com relação à esfera urbana do Rio, que sofreria uma remodelação nos espaços público e privado para assim atender aos novos moradores.

Ao retratar a sociedade fluminense em relatos de literatura de viagem, muitos cronistas europeus que estiveram na cidade no início do século XIX ressaltaram a questão da “insalubridade” urbana. A falta de infra-estrutura, o clima tropical e a exótica paisagem lhes conferiam diferentes impressões das que poderiam ser vivenciadas na Europa. Fosse maravilhando uns, fosse repugnando outros, o certo é que atualmente ambos os relatos devem ser examinados levando-se em consideração uma diversidade de valores.

O bibliotecário português Luís Joaquim dos Santos Marrocos, que se mudara a contragosto para o Rio em 1811 em virtude da transferência da Biblioteca Real, por exemplo, não escondia a aversão que tinha da cidade. Em carta endereçada à sua irmã que ficara em Lisboa, assim descreve o novo local de moradia:

⁵⁴ **ALMANAQUE DO RIO DE JANEIRO PARA O ANO DE 1811.** Rio de Janeiro: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 282, 1969. p. 99-104.

Daqui só te posso mandar informações fastidiosas: a terra he a pior do Mundo; a gente he indignissima, soberba, vaidosa, libertina: os animaes são feios, venenosos e muitos; em fim eu crimei a terra, chamando-lhe *terra de sevandijas*; por que gente e brutos todos são *sevandijas*.⁵⁵

No entanto, depois de estabelecer matrimônio com uma abastada dama carioca alguns anos depois, Marrocos não mais se queixaria da cidade para seus parentes portugueses, falecendo em terras tropicais no ano de 1838.

Com a transferência da corte, o número de europeus vindos de outros países que não de Portugal aumentou consideravelmente na cidade fluminense. A presença de muitos estrangeiros, principalmente de ingleses e franceses, passaria a influenciar favoravelmente a vida social, assim como a arquitetura das casas.

Durante o período colonial, os prédios urbanos eram construídos com o intuito de se manter o isolamento da rua. Feitas de tábuas de soalho pregadas diretamente ao chão, portas estreitas, muros altos e janelas pequenas, as casas se caracterizavam pela umidade e falta de claridade. A disposição interna variava de um, dois, ou três andares, sendo a mais simples e mais comum a de um andar. As casas de sobrado eram maiores e geralmente edificadas nas ruas centrais fluminenses. Nas construções comumente utilizavam-se tijolos, telhas, pedras e madeira.⁵⁶ Quanto mais janelas na parte da frente e mais cômodos tivesse uma casa, mais esta valorizava-se.

Havia um padrão geral de moradia que perdurava em quase todo o território brasileiro. À frente encontrava-se um salão, seguido de um corredor e alcovas. Os quintais, também chamados de “áreas sujas”, eram depósitos de inutilidades domésticas. Nos domicílios mais abastados existiam normalmente três andares e um maior número de aposentos. No primeiro piso encontrava-se a loja ou escritório e o quarto, que permitia uma maior privacidade no contato íntimo familiar. O segundo era destinado aos quartos e à sala de visitas. No último instalava-se a cozinha. Tal predisposição nas acomodações evidenciava a escassa higiene, provocada, dentre outros fatores, pela ausência de arejamento e de chaminés na cozinha⁵⁷, pois os refugos inevitavelmente desciam para os outros andares. Os negros moravam no sótão ou porão dessas habitações. Cabia a eles levarem os excrementos dos

⁵⁵ MARROCOS, Luis Joaquim dos Santos. **Cartas**. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional, 1939, v. 56. p. 68. (grifo do autor).

⁵⁶ ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: NOVAIS, Fernando (Coord.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, v. 1. p. 90-99.

⁵⁷ MALERBA, 2000, op. cit., p. 129 e 145; ALGRANTI, 1999, op. cit., p. 100-101.

moradores para o meio externo e jogarem os mesmos nas praias ou simplesmente despejá-los nas ruas, onde um transeunte desprevenido poderia ser atingido. Dependendo do número de escravos da moradia, as imundícies eram levadas apenas uma vez na semana para fora das casas. O mesmo ia aglutinando nas praias, encostas e ruas, já que não havia limpeza pública nem tampouco tratamento de esgoto.⁵⁸

Uma das primeiras medidas urbanísticas que D. João impôs ao chegar no Rio foi o banimento da gelosia ou rótula – grande janela de treliça de madeira com grades que dava às fachadas das casas uma aparência mourisca – por portas inteiriças e janelas envidraçadas donde poderia circular mais ar. Por meio do edital de 11 de junho de 1809 ordenado pelo soberano, o Intendente Geral da Polícia Paulo Fernandes Viana concedia à população o curto prazo de oito dias⁵⁹ para removê-las, substituindo-as por grades de ferro ao prazo de seis meses. O suprimento da gelosia representava antes o gosto pela opulência do que a genuína preocupação com a privacidade, uma vez que o antigo costume daria lugar a um maior grau de civilização. Numa época em que o “belo sexo” raramente saía às ruas, tal mudança passou a amenizar o confinamento feminino. Agora, as mulheres poderiam ter um maior contato com o meio externo.

A tarefa de modernizar o Rio de Janeiro e adequá-lo à nova condição de sede da monarquia não seria simples. Coube à Intendência Geral da Polícia administrar o melhoramento na cidade. À frente do cargo de intendente durante os treze anos em que D. João VI permaneceu no Brasil, Paulo Fernandes Viana foi um dos responsáveis pela remodelação do cenário fluminense. A Intendência proporcionou calçamento e alargamento urbanos; aterro de pântanos e depressões, visto que as ruas eram irregulares; melhoria nas estradas com a construção de pontes de madeira que facilitavam o trânsito para a chegada de víveres na corte; abrandamento do problema das águas estagnadas que ficavam nas ruas e o conseqüente mal cheiro. Também aumentou o abastecimento de água potável com

⁵⁸ LUCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1975. p. 89.

⁵⁹ MALERBA, 2000, op. cit., p. 145.

a criação de chafarizes que conduzissem água em muitas regiões da cidade e consentiu maior iluminação nas ruas.⁶⁰

Uma importante inovação no embelezamento do espaço urbano foi a publicação do edital de 1816. Há tempos os habitantes do Rio de Janeiro vinham sofrendo com o desabamento de casas, as quais, por serem muito antigas ou mal construídas, chegavam até a matar moradores. O documento escrito por Viana sugeria que essas propriedades fossem demolidas dentro de um prazo fixado, já que poderiam ruir e em mais de uma oportunidade havia ameaçado a vida de criados do Paço. Não seria nada agradável, portanto, que a nobreza desterrada viesse a presenciar algum desabamento. Como meio de prevenir tais desastres, foram contratados arquitetos, pedreiros e carpinteiros para examinar as casas. As propriedades que fossem pouco seguras seriam derrubadas ou reconstruídas com bons materiais.⁶¹

Não apenas do caráter saneador ocupava-se a Intendência Geral da Polícia. Empregava-se também no policiamento das festas públicas, no registro dos estrangeiros que estavam ou que chegavam no Brasil e expedição de seus passaportes, na fiscalização dos teatros, na organização da guarda real, e, na vigilância das ruas, pois o banditismo vinha sendo uma constante no meio urbano.

Sobre esse assunto John Luccock, negociante inglês que esteve no Rio de Janeiro entre 1808 e 1818, não deixa de comentar, evidenciando a impunidade de quem o praticava: “Quando um corpo tombava na rua, mesmo que à luz do dia, o assassino saía andando e o povo o contemplava como se nada de mal houvesse feito e até mesmo abria caminho para sua fuga.”⁶²

O bibliotecário Marrocos relata em uma de suas cartas endereçada ao pai que no curto período de cinco dias houve vinte e dois assassinatos. “Nesta Cidade e seus subúrbios temos sido muito insultados de ladrões, accommettendo estes e roubando sem vergonha, e logo no principio da noute; de sorte que tem horrorizado

⁶⁰ VIANA, Paulo Fernandes. **Abreviada demonstração dos trabalhos da policia em todo o tempo que a servio o Dezembargador do Paço Paulo Fernandes Viana**. Rio de Janeiro: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, t. 55, 1892. p. 374-376.

⁶¹ VIANA, Paulo Fernandes. **Conselho de Sua Alteza Real, Fidalgo Cavalleiro da Sua Real Caza, Commendador da Ordem de Christo, Dezembargador Paço, e Intendente Geral da Policia da Corte, e Reino do Brazil**. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1816.

⁶² LUCCOCK, 1975, op. cit., p. 90.

as muitas e barbaras mortes, que tem feito.”⁶³ O próprio narrador presenciara duas mortes na rua onde morava.

Para que se amenizassem os problemas da insalubridade urbana, medidas vinham sendo tomadas. A saúde era um dos aspectos mais preocupantes no início do oitocentos, pois muitos óbitos ocorriam em virtude da falta de uma simples profilaxia. Por isso, logo em 1808 pediu D. João a seu físico-mor, Manoel Vieira da Silva, que publicasse o primeiro relatório médico do Rio de Janeiro, contendo proposições que deveriam ser tomadas para se melhorar o clima e conseqüentemente a vida dos habitantes fluminenses. No entendimento de Vieira da Silva, muitos eram os fatores que causavam as enfermidades. A começar, o calor atmosférico provocado pelo ar quente e úmido mudava “a acção natural dos vasos cutaneos, e de todas as membranas”, produzindo resultados “pessimos sobre a maquina animal”. De acordo com o físico-mor, as águas estagnadas e os pântanos ocupavam “o principal lugar entre as causas da insalubridade de qualquer local”, pois nesses lugares estavam

[...] em digestão, e dissolução substancias animaes, e vegetaes, as quaes na presença dos grandes calores, entrando em putrefação, dão origem a pestiferos gazes, que devem levar a todos os viventes os preliminares da morte, já pela sua acção immediata na periferia do corpo [...].⁶⁴

Ainda cooperavam para a proliferação de doenças os lugares onde se instalavam matadouros e açougues, por ficarem muito próximos à população. A falta de vigilância sobre curandeiros e boticários “que vendem purgantes, vomitorios e outras composições sem receita do medico”, assim como a falta de fiscalização sobre cirurgiões charlatões que se utilizavam da medicina, contribuíram para o agravamento da saúde pública.⁶⁵

A questão do tradicional sepultamento de fiéis dentro das Igrejas⁶⁶ consistia igualmente em um problema, que, segundo Vieira da Silva merecia “[...] a reprovação de todas as sociedades iluminadas, e particularmente a merecem nesta Cidade em razão do calor athmosférico, e da pouca largura das ruas.”⁶⁷

⁶³ MARROCOS, 1939, op. cit., p. 163.

⁶⁴ SILVA, Manoel Vieira da. **Reflexões sobre alguns dos meios propostos por mais conduncentes para melhorar o clima da cidade do Rio de Janeiro. Por ordem de S.A.R.** Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1808. p. 11.

⁶⁵ Ibid., p. 26.

⁶⁶ Segundo Luccock apenas os grandes da terra eram enterrados em edifícios sagrados. LUCOCK, 1975, op. cit., p. 38-40.

⁶⁷ SILVA, 1808, op. cit., p. 12.

Era imprescindível que todos os fatores causadores das moléstias fossem, se não resolvidos inteiramente, ao menos suavizados. As soluções seriam muitas: criação de uma política mais rigorosa na área da saúde, como a regulamentação de taxas obrigatórias sobre as drogas a serem vendidas pelos boticários⁶⁸, aterro de pântanos, encanamento de esgoto, mudança na localização dos matadouros, construção de novos cemitérios.

Em certos aspectos, o trato negreiro também passou a ser visto de forma depreciativa para a saúde da população branca, visto que desde os primórdios da época colonial os negros recém-chegados da África eram equivocadamente considerados os únicos responsáveis pela veiculação de diversos tipos de moléstias.⁶⁹

Ao tempo da transferência da corte, 2/3 dos habitantes fluminenses eram pretos ou descendentes. Logo, era praticamente impossível que aspectos culturais e sociais africanos não prevalecessem na cidade. Em 1821 a população de escravos quase se equiparava com a de pessoas livres na cidade do Rio de Janeiro:

TABELA 1 – População da corte e província do Rio de Janeiro em 1821

Districtos	Freguezias	Fogos	No. das pessoas livres	No. dos escravos	Total
Cidade do	Santa Rita	1.742	6.949	6.795	13.744
Rio de	Sant'Anna	1.351	6.887	3.948	10.835
Janeiro	Sacramento	3.352	12.525	9.961	22.486
1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	Candelaria	1.434	5.405	7.040	12.445
Regimentos	São José	2.272	11.373	8.438	19.811
	Total	10.151	43.139	36.182	79.321

Fonte: FERREIRA, Silvestre Pinheiro. **Mapa da população da corte e província do Rio de Janeiro em 1821**. Rio de Janeiro: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1870, t. 33. p. 135-142.

⁶⁸ **Alvará pelo qual o príncipe regente D. João houve por bem determinar várias providências sobre os boticários e sobre os preços das drogas**. Rio de Janeiro, 27 de junho de 1808.

⁶⁹ Sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX, consultar KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 643p. Nesta obra, a historiadora norte-americana aborda a questão do cotidiano escravista, abrangendo, desde a origem étnica e a inserção dos escravos na sociedade fluminense – que colaboraram para o desenvolvimento da “cultura afro-carioca” –, até a condição de vida e formas de resistência dos mesmos.

Eram os escravos os grandes responsáveis pelo movimento e barulho das ruas, com constantes cantos e gritos. O trabalho dos mesmos era dos mais variados, indo de carregadores a vendedores de diversos gêneros.⁷⁰ O “estardalhaço ensurdecidor” proveniente das ruas do qual os prussianos Spix e Martius se queixaram em 1820 também era provocado por sinos, tiros de canhões, foguetes, carroças, carros de bois, guarda policial, etc.⁷¹ Além da mercadoria humana a trabalhar para seus senhores, poucos eram os que se aventuravam a andar a pé pelas ruas. Não era de bom-tom que pessoas de alta estirpe caminhassem em um espaço público entendido como um espaço que, além de frequentado por escravos e por grupos sociais subalternos, também era depósito de todo tipo de lixo. Grande parte da população possuía cavalos, porém apenas a alta camada fluminense possuía outros meios de transporte como a sege e a traquitana.⁷²

A riqueza da família branca fluminense do início do século XIX podia ser percebida, dentre outros fatores, de acordo com o número de escravos. Muitas vezes eles eram separados conforme a divisão do trabalho; no meio urbano havia escravos que faziam os serviços externos e os domésticos. Estes cuidavam em geral da limpeza da casa e do preparo da alimentação dos senhores, tudo sob o olhar da mulher branca. Com uma educação voltada para o matrimônio e para a procriação, o sexo feminino raramente saía às ruas, a não ser para o cumprimento de práticas religiosas ou em esporádicas ocasiões.⁷³ O viajante prussiano Leithold notou essa reclusão:

A passear são raramente vistas, pelo menos nunca encontrei senhora de alguma importância assim ocupada e, como muitas casas têm suas capelas ou oratórios em que se reza missa nos dias de guarda, é uma exceção que se deixem ver a pé pelas ruas.⁷⁴

Seus hábitos reclusos e indolentes, somados à falta de instrução, conferiam-lhes uma velhice prematura: aos doze, treze anos casavam-se, aos dezoito tornavam-se “maduras” e aos vinte e cinco, trinta anos já estavam velhas, gordas e desajeitadas. Ebel ficou admirado com tanta negligência: “sem o menor conhecimento da economia doméstica, deixada de todo nas mãos de escravos, sem

⁷⁰ MALERBA, 2000, op. cit., p. 141-142.

⁷¹ SPIX, Von; MARTIUS, Von. **Viagem pelo Brasil**. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1976, v. 1. p. 45.

⁷² SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)**. 2. ed. São Paulo: Companhia Nacional, 1978. p. 25-30.

⁷³ MALERBA, 2000, op. cit., p. 150-153.

⁷⁴ LEITHOLD, Von; RANGO, Von. **O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819**. São Paulo: Editora Nacional, 1966. p. 28.

educação espiritual e, mesmo seus hábitos caseiros, sem graça ou asseio, dificilmente agradarão a quem for exigente.”⁷⁵

É interessante observar que em Lisboa Carrère obteve semelhante impressão acerca das ricas portuguesas. Privadas de liberdade, era incomum aparecerem em público. À clausura somava-se a falta de ocupação:

No interior das suas casas vivem na maior ociosidade; foram acostumadas a não fazer nada – nunca pegam numa agulha, não abrem um livro e passam o dia entre a janela e uma cadeira, na qual ficam preguiçosamente amesendadas, repousando tristemente a sua indolência e o seu tédio.⁷⁶

Assim desenhavam-se os costumes ao tempo da vinda da corte. O impacto daquela influenciaria os hábitos sócio-culturais fluminenses.

Empreendimentos civilizacionais

Importante consequência da transformação “civilizatória”, a abertura de instituições de ensino e de aulas particulares, tanto para homens quanto para mulheres, veio acompanhar o cosmopolitismo no qual o Rio de Janeiro se achava inserido.⁷⁷

A instrução masculina, mais diversificada que a feminina, era facultada por reinóis e por eclesiásticos, ambos acostumados com o ensino em Portugal. O anúncio feito pelo português Antonio Maria, na “Gazeta do Rio de Janeiro”, periódico fluminense publicado entre 1808 e 1821, evidencia isso: “Antonio Maria Barker, Professor das primeiras letras na Cidade do Porto, intenta ocupar-se nesta Corte ensinando por cazas particulares: quem quizer servir se delle para este fim póde fazello constar [...]”⁷⁸

A maioria das aulas era voltada a meninos bem nascidos, visto que se pagava caro pela docência. Os mestres geralmente ministravam as aulas em habitações particulares, como se observou no anúncio anterior, mas também em suas próprias casas. As freqüentes propagandas feitas na gazeta nos mostram que existia uma grande oferta pela instrução. Em 1810, um mesmo profissional ministrava variados conteúdos curriculares:

⁷⁵ EBEL, Ernst. **O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824**. São Paulo: Companhia Nacional, 1972. p. 190.

⁷⁶ CARRÈRE, 1989, op. cit., p. 46-47.

⁷⁷ MALERBA, 2000, op. cit., p. 164-165.

⁷⁸ **GAZETA DO RIO DE JANEIRO**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817, n. 5.

Um sugeito aprovado em Mathematicas, que explica as diferentes partes desta Sciencia, e suas applicações ao Commercio, Marinha, etc: tambem se propõe ensinar Elementos de Geografia, precedidos de huma nova Theoria geral do Universo onde se explicão as causas dos tres movimentos da Terra, das Marés, dos Ventos, e de outros fenomenos ainda não explicados por principios tão simples: quem quizer procure na rua do Sabão, n. 66.⁷⁹

Se havia demanda para esse tipo de serviço, era porque a procura correspondia favoravelmente. Tanto correspondia que foram criados alguns colégios, como o Colégio Minerva, em 1813 e o Colégio de Nossa Senhora e São Caetano, em 1816.⁸⁰

Ainda que menos dinâmica, a educação feminina dava sinais de melhora. À mulher branca, devia-se ensinar não apenas os misteres domésticos, mas também as primeiras letras. Era essa a proposta de D. Maria do Carmo da Silva e Gama, senhora que abriu um “colégio de educação” em 1813, destinado às damas da cidade,

[...] no qual ensina a cozer, bordar, marcar, fazer toucados, e cortar e fazer vestidos, e enfeites, lavar filós, fazer chapeos de palha, e lava-los, e outras miudezas pertencentes a Senhoras; tambem ensina a ler, escrever e contar, e Grammatica Portugueza.⁸¹

Sete anos mais tarde, um casal de professores franceses oferecia suas aulas. O marido, para meninos, e a esposa, para meninas. O mestre Monsieur Vasserot,

Membro da Academia de Lião [Lion], tem a honra de fazer saber ao publico, que abriu hum curso em que se ensina a Grammatica Franceza, a Rhetorica, a Literatura, &c. O Professor fará conhecer aos seus discipulos todos os authores clássicos, e lhes explicará pelo meio da analyse a sciencia, que o author tem tratado.⁸²

Já a senhora Vasserot ensinava, “além dos elementos acima mencionados, as prendas proprias de huma Senhora; taes como cozer, marcar, e bordar, tanto de branco, como de ouro, e matiz [...]”⁸³

Podemos perceber que a dama da alta sociedade já possuía um leque de opções, seja com relação às prendas do lar, seja com relação à instrução. Mas as opções não se restringiam em aprender ofícios.

No campo do entretenimento, houve criação de instituições culturais e formas de socialidade leigas que atendessem à nobreza transplantada, ávida por

⁷⁹ **GAZETA DO RIO DE JANEIRO**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810, n. 25.

⁸⁰ Segundo Luccock, os colégios mais tradicionais do Rio de Janeiro eram o São José e o São Joaquim. LUCCOCK, 1975, op. cit., p. 49.

⁸¹ **GAZETA DO RIO DE JANEIRO**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1813, n. 92.

⁸² **GAZETA DO RIO DE JANEIRO**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820, n. 104.

⁸³ Ibid.

entretenimentos aos modelos europeus. Terminado em 1783, o Passeio Público, com seus exóticos jardins, foi um dos locais mais frequentados. À vista de Luccock ele não passou despercebido. “O Passeio Público, embora pequeno, perfeitamente plano, construído em estilo muito afetado e negligentemente mantido, reclama para si o primeiro lugar entre os sítios de divertimento do Rio.”⁸⁴

Outra opção no lazer era o Real Teatro de São João, inaugurado em 1813. Maior e com repertórios mais variados se comparado à antiga “Casa da Ópera”, o Real Teatro tinha 1020 lugares, divididos em platéia e camarote. O acesso ao divertimento se restringia às pessoas graduadas que tinham meios de pagar o incômodo preço de um espetáculo. O aluguel de camarotes acontecia mediante pagamentos adiantados. No início de cada apresentação a Família Real recebia um elogio dramático, que ao fim era finalizada com uma exaltação a D. João. Além dos espetáculos dramáticos, o Teatro servia como palco da celebração de dias festivos da Real Família além de manifestações políticas e militares.⁸⁵ O parecer de estrangeiros sobre o teatro se diversificava. Von Rango critica-o, comparando-o a “um grande picadeiro, destituído de gosto e arte, é a sede de um bando que tem a petulância de se intitular *atores* e *artistas*.”⁸⁶ Mas existiram aqueles que não pouparam elogios: “Internamente o edifício tem as dimensões da Ópera de Berlim e é de admirar-se sua decoração a ouro sobre fundo verde, a platéia sendo guarnecida de bancos e havendo três ordens de camarotes mais uma galeria.”⁸⁷ Maior entrada das representações, o São João serviu como local de exposição da ostentação social, no qual cortesãos exibiam suas elevadas comendas e damas uma empetecada toilette. “A representação teatral, na forma das boas maneiras, convenções e gestos rituais, é a própria substância de que são formadas as relações públicas e da qual as relações públicas auferem significação emocional.”⁸⁸ Representação tanto na dramaticidade de atores no palco quanto na encenação cotidiana de *atores* da vida real que tinham um papel definido dentro da alta sociedade. Era a teatralidade da corte, exemplificada por maneiras polidas no trato cerimonioso entre a fidalguia.

⁸⁴ LUCCOCK, 1975, op. cit., p. 59.

⁸⁵ No capítulo “O teatro da festa” Jurandir Malerba estabelece relações entre as encenações exibidas no Teatro São João e a representação da corte. MALERBA, 2000, op. cit., p. 91-124.

⁸⁶ LEITHOLD; RANGO, 1966, op. cit., p. 144.

⁸⁷ EBEL, 1972, op. cit., p. 80.

⁸⁸ SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 46.

Em certa medida, o teatro proporcionou a redução do confinamento feminino. A mulher agora teria uma razão plausível para se ausentar do lar que não somente os dias de missa. E o São João exemplificava somente uma vertente do que o Rio de Janeiro estava se convertendo: na sede sócio-cultural e material da nobreza transmigrada e da classe abastada fluminense, composta principalmente dos ricos negociantes da praça.

As transformações nas quais a nova sede imperial era agente ativo também abarcaria o campo científico. Com a abertura dos portos às nações amigas em 1808, há um aumento na quantidade de estudiosos e artistas europeus aportados no litoral fluminense.

Lilia Moritz Schwarcz, em sua obra “O sol do Brasil” afirma que é somente após a queda de Napoleão em 1815 que a vinda de especialistas franceses em diferentes áreas torna-se maior, devido às perseguições políticas que os artistas bonapartistas vinham sofrendo. Ao sair do cenário conturbado francês, eles esperavam encontrar nos trópicos o respaldo econômico perdido - muitos tinham cargos no governo napoleônico - somado ao interesse de conhecer a paisagem sul-americana. De acordo com a historiadora, alguns artistas se auto-convidaram a trabalhar para D. João, pagando inclusive a viagem rumo ao Rio de Janeiro. Somente em um segundo momento, quando os mesmos já estavam em território fluminense, é que passam a ser financiados pela Coroa e são incorporados na agenda da corte.⁸⁹

Já Oliveira Lima sugere que a iniciativa partiu primeiramente de D. João VI e do conde da Barca em se receber artistas franceses, sob intermédio do embaixador português em Paris, o marquês de Marialva. Segundo o historiador, a contratação artística representou uma “incongruência” na desígnio da corte, uma vez que a sociedade carecia mais de educação industrial que artística. Organizados por Lebreton, secretário das Belas-Artes do Instituto de França, faziam parte do grupo os pintores Jean Baptiste Debret e Nicolas Taunay, o arquiteto Grandjean de Montigny, o escultor Augusto Taunay, irmão de Nicolas, o professor de mecânica François Ovide, o músico Neukomm.⁹⁰

⁸⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O sol do Brasil**: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de D. João. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 412p.

⁹⁰ LIMA, 1996, op. cit., p. 167-170.

Anteriormente conhecido como “colônia francesa”, o grupo passou a ser denominado posteriormente de “Missão Francesa”, no sentido “missionário” de trazer para os trópicos a civilidade do Velho Mundo e de tentar “moldar” os costumes fluminenses aos âmbitos paisagísticos, arquitetônicos e plásticos europeus. Sem entrarmos no mérito da questão – se a emigração dos artistas franceses constituiu-se realmente como uma “missão” no sentido de levar a civilização –, é preciso contudo atentar-se para os aspectos políticos, econômicos e diplomáticos travados entre Brasil e França na época.⁹¹

Não foram todos os artistas que se adaptaram ao ambiente tropical. Se o arquiteto Montigny foi um dos que mais se adequou ao novo cenário, o mesmo não se pode dizer do pintor Taunay, que se sentiu um pouco desiludido com a nova realidade, diferente do círculo intelectual ilustrado que costumava frequentar na Europa. Juntamente com a questão da adaptação ao novo local, outro fator se tornaria determinante para uma boa empreitada: a disponibilidade de materiais. A escassez desses dois aspectos foram primordiais para que o resultado não fosse exatamente aquele idealizado pelos artistas. A “forma difícil”, termo utilizado por Rodrigo Naves para designar a dificuldade encontrada pelos artistas no Rio de Janeiro, estaria associada à falta de técnicos e profissionais, uma vez que os escravos ajudavam no trabalho; à falta de materiais nobres comuns na Europa, como o granito e o mármore; à geografia contrastante; ao próprio sistema escravista, muitas vezes condenado por leitores das obras iluministas que eram adeptos da liberdade individual e do desenvolvimento mecanicista.⁹²

Apesar de algumas barreiras ao se tentar reproduzir aqui um ambiente propício às belas-artes, o certo é que a chegada de pesquisadores e artistas das mais variadas áreas foi de extrema importância para o desenvolvimento cultural do país. Consequência da política “civilizatória” de D. João, a vinda de estrangeiros que pudessem colaborar em diferentes campos de estudo facilitava o intercâmbio de impressões ao abrir as portas do território brasileiro. Por meio de revistas européias, folhas diárias, livros e até coletâneas, o Brasil tornava-se mais conhecido no exterior.

Por conta do casamento do príncipe D. Pedro e da arquiduchessa austríaca D. Leopoldina em 1817 veio no navio que trazia a princesa uma “Expedição Austríaca”,

⁹¹ LIMA, Valéria. **Uma viagem com Debret**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 21- 24.

⁹² NAVES, Rodrigo. **A forma difícil**: ensaios sobre a arte brasileira. São Paulo: Ática, 1996. 285p.

composta de quatorze integrantes. Dentre eles estavam o pintor Thomas Ender, os zoólogos Spix e Martius, o naturalista Mikan, o mineralogista Pohl.

As pesquisas em torno da natureza brasileira ainda atraíram estudiosos como Georg Heinrich Von Langsdorff, médico russo de formação que liderou uma importante expedição realizada entre 1822 e 1829, percorrendo vários estados.⁹³ Outros nomes de equivalente peso aportaram nos trópicos, como o botânico francês Saint-Hillaire, os já citados alemães Spix e Martius, respectivamente zoólogo e botânico, o entomologista inglês Chamberlain, os naturalistas alemães Freyreiss e Sellow, o príncipe Maximiliano I da Baviera.

Extensão das artes, a música encontrou um campo fértil no Rio de Janeiro. Já em 1808 vieram acompanhando a corte maestros, cantores, maquinistas, músicos e alfaias. Dois anos depois a música se tornaria mais difundida com a chegada de Marcos Antônio Portugal, experiente músico formado na Itália que compôs no Rio de Janeiro óperas e melodias sacras. O São João e a Capela Real já podiam se esmerar por terem cada um a sua própria orquestra de cantores, nacionais e estrangeiros. O desenvolvimento musical nesse período se fazia tão expressivo que na Fazenda Santa Cruz, localizada a mais ou menos sessenta quilômetros da cidade, fôra desenvolvido uma escola de música sacra composta de músicos escravos. A escola chamou a atenção do regente, que tomou gosto pela orquestra, fazendo de Santa Cruz a residência de verão da Família Real.⁹⁴ Tradição na casa de Bragança e expressão artística mais apreciada por D. João, a inclinação pela música perduraria no primogênito Pedro, que até compunha canções, e se estenderia pelo reinado de Pedro II.

Para dar o tom à musicalidade, o instrumento mais requisitado entre a boa sociedade era o piano forte. Toda dama que se prezasse deveria saber ler as partituras e tocá-las elegantemente, sendo esta uma das principais prendas da mulher nobre. O piano não constituía apenas em um instrumento musical. Constituía sim num símbolo de distinção social do mobiliário oitocentista, já que seu alto custo

⁹³ Do grupo faziam parte os pintores Rugendas e Florence, o naturalista Freyreiss dentre outros. SILVA, Danuzio Gil Bernardino da (Org.). **Os diários de Langsdorff**. Campinas: AIEL; Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997. p. 372.

⁹⁴ SCHWARCZ, 2002, op. cit., p. 295 - 297. Também MONTEIRO, André Maurício. **A construção do gosto: música e sociedade na corte do Rio de Janeiro (1808-1821)**. São Paulo: Ateliê, 2008. 360p. Nesta obra o autor mostra como a diferenciação do gosto musical e das maneiras de interpretar os sons entre as extratificações sociais – desde as músicas clássicas apreciadas pela alta sociedade até o lundu africano – durante o período joanino contribuíram para a construção da consciência de nação e civilidade.

– quase sempre importado da Inglaterra – era privilégio da camada abastada.⁹⁵ Aos poucos, a demanda por outros instrumentos ampliava, e o piano ganhava novos concorrentes. Na “Gazeta do Rio de Janeiro” de 1812 já se oferecia aulas de flauta:

Quem quizer aprender a tocar flauta, procure a *Miguel Cardozo*, na travessa que volta da rua de S. Pedro para S. Joaquim, caza terrea da parte esquerda N. 35; o qual se tem proposto a ensinar pessoas particulares, tanto *estrangeiros* como *portugueses*, e de todos tem tido boa aceitação.⁹⁶

Ao lado da música, a dança foi uma constante tanto no teatro quanto nas celebrações públicas e privadas, tornando-se também elemento de sociabilidade. Era comum algumas pessoas representarem tipos de dança para homenagear a Real Família. A procura pela dança aumentou em virtude da vinda do casal de dançarinos franceses Lacombe em 1811. O casal proporcionava aulas particulares a pessoas tidas “civilizadas”.⁹⁷

Todas as mudanças que se operavam no Rio de Janeiro tinham por principal objetivo adequar, ou pelo menos tentar adequar, a cidade aos padrões europeus de civilidade.

Destacamos, ao longo da primeira parte deste capítulo, que essas transformações “civilizacionais” destinavam-se a atender sobretudo a camada abastada, interessada em firmar-se no círculo de relações da corte. As medidas sócio-culturais impostas pelo regente foram fundamentais para a construção de um novo “cenário” fluminense. Mas, por quem a alta camada no período joanino era representada, e quais os signos que a distinguiam das demais classes? É o que estudaremos a seguir.

⁹⁵ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)**. 2. ed. São Paulo: Companhia Nacional, 1978, p. 70-80.

⁹⁶ **GAZETA DO RIO DE JANEIRO**. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1812, n. 30. (grifo do autor).

⁹⁷ **GAZETA DO RIO DE JANEIRO**. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1811, n. 56.

2.2 Signos de sociabilidade

Vimos no início deste capítulo que o monarca formara no Rio a base político-administrativa do governo. Além do novo ministério, foram institucionalizados novos cargos públicos e privados para aqueles que, por lealdade a D. João, “abandonaram” sua pátria e o acompanharam. Postos efetivos, ofícios, pensões pagas pela Real Fazenda, honrarias: de alguma forma os fidalgos expatriados receberiam da prodigalidade do regente suas recompensas. Entretanto, tamanha bonomia não se limitou aos que vieram de Portugal, estendendo-se também a ricos brasileiros, especialmente do Rio de Janeiro. A elite carioca de grosso trato possuía certa autonomia política e econômica não apenas na região, como também no restante da colônia, responsável em grande parte pela rede mercantil interna colonial e ultramarina desde fins do século XVIII.⁹⁸

Quando veio para os trópicos, a realeza desterrada encontrava-se em verdadeiro estado de indigência, consequência dos custos da guerra na Europa. Era notório que a Coroa não conseguiria sustentar sozinha a máquina do Estado como ocorria em Lisboa, visto os dispendiosos gastos da corte. Tal função passou a ser exercida pelo grupo dirigente fluminense, composto em sua maioria por ricos negociantes e comerciantes da praça, representados pelas “melhores famílias” da terra: “[...] na realidade eles é que seguravam os cordões do estado, controlando as finanças da casa real [...]”.⁹⁹

Sobre essa questão esclarece John Armitage, viajante inglês que esteve no Rio de Janeiro entre 1828 e 1835, que muitos brasileiros foram recompensados pelos serviços prestados, quer ao Estado, quer ao regente, nos quais a oferta financeira surgia como a principal forma de os abastados fluminenses “honrarem” a ilustre Família que viera residir naquela cidade. Já para a Coroa, a distribuição de títulos honoríficos tornou-se a melhor maneira de se retribuir o “apoio”, uma vez que as finanças do Real Erário ao tempo da chegada nos trópicos estavam de todo escassas. Segundo o autor, a profusão de distinções titulares acarretou numa

⁹⁸ FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **O antigo regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 473p. A obra traz uma série de ensaios sintetizados por historiadores portugueses e brasileiros, cuja abordagem recai sobre a questão da complexidade do chamado “Antigo Regime Colonial”.

⁹⁹ LUCCOCK, 1975, op. cit., p.69.

transformação do modo de viver dos beneficiários fluminenses, uma vez que teriam de se adequar ao novo padrão que agora faziam parte.¹⁰⁰

No entendimento de Oliveira Lima, a “brandura e bondade do príncipe” foi responsável pela distribuição sem medida de mercês aos abastados da terra, gerando concorrências e ciúmes por parte dos emigrados portugueses, que viam na benemerência um “alargamento” do enobrecimento, antes restrito à realeza transplantada. Nas palavras do historiador houve uma “democratização da cortesia”, estendida aos brasileiros agraciados com as comendas.¹⁰¹

Para Almeida Prado, não existiu uma total retribuição por parte de D. João em atender aos fluminenses que se desfizeram de suas casas, móveis, criados. Nem todos que ofereceram seus préstimos à Família Real foram recompensados com a “benevolência” do regente. Muitos brasileiros preteridos em importância se comparados a reinóis retiraram-se desapontados para o interior do país, ao passo que os que ficaram no Rio e passaram a frequentar o Paço eram vítimas de invejas e ciúmes.¹⁰²

De acordo com Jurandir Malerba a prodigalidade de D. João VI foi importante para a composição dos grupos sociais hegemônicos fluminenses. A aproximação das duas elites no Rio de Janeiro – a sociedade de corte portuguesa que acompanhou a Família Real no Brasil e os ricos negociantes do Rio – definiu “os contornos da nascente classe dirigente ‘brasileira’, que promoveu o início da construção do Estado imperial durante o século XIX.”¹⁰³

O fato é que, como prova do reconhecimento pela ajuda, e de seu “generoso coração”, D. João concedia à elite local diversas graças e nobiliarquias¹⁰⁴, fazendo-se estreitar cada vez mais portugueses e brasileiros nas práticas cortesãs¹⁰⁵. À necessidade financeira do monarca aliava-se a vontade dos ricos fluminenses em se

¹⁰⁰ ARMITAGE, John. **História do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1943. p. 35-45.

¹⁰¹ LIMA, 1996, op. cit., p. 56-60.

¹⁰² PRADO, 1968, op. cit., p. 139-142.

¹⁰³ MALERBA, 2000, op. cit., p. 296-297.

¹⁰⁴ A distribuição de comendas e hábitos foi tão alta durante seu reinado que ultrapassou o número de insígnias distribuídas anteriormente por todos os monarcas da casa de Bragança. ARMITAGE, 1943, op. cit., p. 36. Baseado nos números de Sérgio Buarque de Holanda e Tobias Monteiro, Jurandir Malerba afirma que ao longo do período joanino foram distribuídas 4048 insígnias de cavaleiros, comendadores e grã-cruzes, 1422 comendas da Ordem de São Bento de Avis e 590 da Ordem de São Tiago. MALERBA, 2000, op. cit., p. 216.

¹⁰⁵ Talvez um dos homens que mais tenha se beneficiado com a liberalidade do monarca tenha sido Elias Antonio Lopes. Como foi visto no primeiro capítulo, o rico negociante fluminense concedeu ao monarca sua chácara situada na Quinta da Boa Vista, numa atitude de reverência para com a Família Real transplantada. O ato de presentear D. João proporcionou àquele patentes como Comendador da Ordem de Cristo, Fidalgo da Casa Real e Administrador. Ibid.; p. 259-260.

aproximar da sociedade cortês portuguesa e fazer parte deste crescente círculo de prestígio e poder.

Ao contribuírem financeiramente com a Coroa, os homens de posse tornavam-se “dignos” de receberem uma recompensa à altura, ou seja, tornavam-se merecedores de mercês. Na “Gazeta do Rio de Janeiro” anunciava-se a lista dos nomes que faziam donativos para a Casa Real, assim como a quantia paga pelos mesmos. As subscrições eram divulgadas com o intuito de se fazer conhecer publicamente as pessoas que estavam contribuindo com as despesas da Casa Real. Assim, quem tivesse seu nome estampado nas páginas do periódico seria reconhecido e respeitado pela sociedade, à medida que quem não o tivesse ficaria mal visto. As contribuições eram utilizadas pelo Estado para cobrir os mais diversos gastos, variando desde o pagamento de criados da Família Real, até a despesa com comemorações festivas.

Em pesquisa feita entre os anos de 1808 e 1821 sobre a quantidade de nomes que fizeram a subscrição, Jurandir Malerba encontrou o expressivo número de mil a 1.500 contribuintes.¹⁰⁶ Somente na Gazeta de 22 de outubro de 1808 saiu uma lista composta de comerciantes da praça contendo mais de 100 nomes, cujas quantias variavam de 3\$200 a 435\$200 réis.¹⁰⁷ Quanto mais elevada fosse a doação, mais se ganhava prestígio, não só de D. João – que concedia mercês e elevava o capital simbólico – mas dentro da própria corte.

Ao visitar o Rio de Janeiro no ano de 1817, o embaixador prussiano Conde Von Flemming comentava a hostilidade existente dentro do grupo dirigente:

A massa da nobreza daqui é vaidosa e esperta somente no que diz respeito às intrigas mais reles da corte e em todas as outras relações quase tola e ignorante no mais alto grau [...] vive cheia de desprezo, invejosa contra os homens esclarecidos [...].¹⁰⁸

As intrigas internas relatadas pelo embaixador muitas vezes eram consequência da certa mobilidade social ao qual o grupo cortesão estava suscetível, representada pela acumulação, mudança ou perda de funções conforme a condescendência do regente.

¹⁰⁶ MALERBA, 2006, op. cit., p. 154.

¹⁰⁷ **GAZETA DO RIO DE JANEIRO**. Rio de Janeiro, Imprensa Régia, 1808, n. 12.

¹⁰⁸ OBERACKER JÚNIOR, Carlos. **A corte de D. João VI no Rio de Janeiro segundo dois relatos do diplomata prussiano Conde Von Flemming**. Rio de Janeiro: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, n. 346, 1985. p. 269.

Para Pierre Bourdieu, o nobre “[...] não é somente aquele que é conhecido, célebre, e mesmo conhecido como bom, prestigioso, em resumo *nobilis*. Ele é também aquele que é conhecido por uma instância *oficial*, ‘universal’, quer dizer, conhecido e reconhecido por todos.”¹⁰⁹

No burburinho da interdependência de funções entre o cortesão e o soberano – em que aquele reivindicava ao último sua posição dentro da sociedade – nada mais valioso que ter um importante cargo junto à Família Real. Esses postos eram bastante cobiçados, sendo às vezes hereditários. Além da elevada remuneração, os criados da Casa Real geralmente recebiam serviços como pensões alimentícias, acomodações e transportes.¹¹⁰ No “Almanaque do Rio de Janeiro para o ano de 1811” há uma relação dos postos a serviço do Paço, ocupados em grande parte pela fidalguia expatriada, da qual faziam parte as pessoas de “maior consideração”. Camareira Mor, Damas, Açaftas, Donas da Câmara, Retretas, Moças do Labor, Porteiras, Moças de Quarto eram alguns dos muitos ofícios femininos. Os altos cargos masculinos englobavam, dentre outros, os de Mordomos Mores, Estribeiros Mores, Gentis-Homens da Câmara, Confessores de Pessoas Reais, Guarda-Roupas, Servidores de Toalha, Oficinas Mores.¹¹¹

Objetivando ampliar a distribuição de títulos honoríficos, D. João instaura novamente em 1808 a Ordem da Torre e da Espada. Ainda estavam em vigor muitas Ordens Militares: de Cristo, de Avis, de Sant Iago. Somadas àquelas, a liberalidade de títulos como condados, marquesados, baronatos, ducados e viscondados também cresce¹¹².

Paulatinamente, a nobilitação desprestigiava a realeza portuguesa, que perdia no Brasil seu caráter restrito de corte. A crescente nobilitação de brasileiros fará com que a nobreza não mais se caracterizasse por ser uma nobreza estritamente consangüínea, perpetuada de geração a geração como nas casas fidalgas lisboetas, mas sim como vitalícia e individual, quando muito transmitida aos parentes mais próximos.¹¹³

¹⁰⁹ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 148. (grifo do autor).

¹¹⁰ Jurandir Malerba desenvolve estudo sobre o custo das despesas do Real Erário para a manutenção das casas fidalgas lisboetas no Rio, em MALERBA, 2000, op. cit., cap. 5.

¹¹¹ **ALMANAQUE DO RIO DE JANEIRO PARA O ANO DE 1811**, 1969, op. cit., p. 121-126.

¹¹² MALERBA, 2000, op. cit., p. 216.

¹¹³ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser nobre na colônia**. São Paulo: Ed. UNESP, 2005. p. 10.

Maneiras importadas

Assim como toda nobreza que se fizesse honrar, era preciso adotar certas atitudes em sociedade as quais pudessem manter certa diferenciação perante os demais grupos sociais fluminenses. Muitos manuais de etiqueta que prescreviam essas ações reguladoras circulavam na corte. Importados da Europa, alguns foram reeditados pela primeira casa tipográfica do Brasil, a Impressão Régia do Rio de Janeiro.¹¹⁴

No Brasil Colônia a influência das maneiras chegava através da parca importação livresca – associada às restrições da Coroa na interdição de textos e na proibição da atividade impressora – e do contato dos homens letrados¹¹⁵ com a sociedade ilustrada européia.

Em decorrência do traslado da corte, a instrução adquire uma feição mais dinâmica. Em 1811 se completaria a transferência da Real Biblioteca portuguesa para o Rio, somando 317 caixotes de livros trazidos em três viagens. Havia outras livrarias cariocas com menor variedade e volume, como as de convento, as particulares e as instituições de ensino superior – Real Academia Militar, Academia Médico-Cirúrgica, Arquivo Militar, Academia Real da Guarda Marinha.¹¹⁶

A instrução se restringia às boas famílias e àquelas pessoas que almejavam a ascensão, visto que a educação pública era incipiente e o analfabetismo uma constante. De modo geral, faziam parte da camada letrada da cidade os filhos de proprietários rurais que iam estudar na Europa, eclesiásticos, médicos, advogados,

¹¹⁴ ‘A Impressão Régia foi uma excelente editora: publicou dezenas de livros de real valor cultural, fez conhecer os poetas famosos, em moda em Portugal, imprimiu os versos dos nossos, lançou o romance e a novela no Brasil, resolveu o problema do livro didático para o ensino superior inaugurado no Rio de Janeiro e cumpriu sua missão principal quanto à legislação’. In: CAMARGO, Ana Maria de Almeida e BORBA DE MORAES, Rubens. **Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro**. São Paulo: Edusp: Livraria Kosmos Editora, 1993. p. 30. Sobre a trajetória do livro no Brasil durante os séculos de colonização, ver RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988. 445p.

¹¹⁵ Em estudo sobre a instrução no Brasil durante os séculos de colonização, Luiz Carlos Villalta percebeu que dos 163 autos da devassa e inventários feitos em Mariana até 1822, 103 inventariantes conseguiram fazer a assinatura, maioria essa correspondente à alta camada. Segundo o autor, o grupo intelectualizado de Minas Gerais compunha-se preferencialmente de padres, médicos e advogados, os quais possuíam bibliotecas particulares relacionadas aos seus cargos profissionais. VILLALTA, Luiz Carlos. Vida privada e colonização: o lugar da língua, da instrução e dos livros. In: NOVAIS, Fernando (Coord). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, v. 1. p.356-357.

¹¹⁶ MALERBA, 2000, op. cit., p. 165; SCHWARCZ, 2002, op. cit., p. 269 e 281.

comerciantes de grosso trato, funcionários públicos. Sinônimo de civilidade, o livro representava um importante símbolo na hierarquia da sociedade.

Mesmo em circulação dentro das classes sociais abastadas, nem todos os livros de boa conduta eram seguidos à risca. O já mencionado “Escola de Política, ou Tractado Pratico da Civilidade Portugueza”, anunciado pela “Gazeta do Rio de Janeiro” em 1814¹¹⁷, demonstra isso. Ao escrever sobre a maneira de um nobre se vestir, Porta Siqueira, autor do manual de etiqueta em circulação desde fins do século XVIII em Portugal, aclama pela decência e pelo pouco adorno na composição da vestimenta:

Ninguém pôde trazer em parte alguma de seus vestidos, ornatos, e enfeites, telas, franjas, cordões, espiguihas, debruns, borlas, ou qualquer sorte de tecido, ou obra em que entrar prata nem ouro fino, ou falso: nem riço, cortado á semelhança do bordado [...]. Iguamente não será licito a pessoa alguma trazer, empregar no seu trajo, ou ornato pessoal cristaes, nem outras pedras, ou vidros que emitem as pedras preciosas, nem perolas falsas, que emitem as finas, nem vidrilhos de qualquer côr, ou fórna que sejam.¹¹⁸

Não era bem o que se via no Rio joanino, principalmente com relação à toilette feminina:

O luxo das mulheres é indescritível. Jamais encontrei reunidas tantas pedras preciosas e pérolas de extraordinária beleza [...]. Seguem o gosto francês, ousadamente decotadas. Os vestidos são bordados a ouro e prata. Sobre a cabeça colocam quatro ou cinco plumas francesas, [...] e, sobre a frente, como em torno do pescoço e nos braços, diademas incrustados de brilhantes e pérolas, alguns de excepcional valor.¹¹⁹

A demasia de que fala o prussiano Von Leithold era efeito da importação de objetos da moda, sobretudo franceses, os quais se tornaram bastante “popularizados” na indumentária pouco tradicional da rainha francesa Maria Antonieta (1756-1793).¹²⁰ Ao longo do período joanino, navios abarrotados de artigos de luxo chegavam ao porto fluminense. Com eles, também aportavam profissionais europeus que tinham por objetivo tentar fazer fortuna nos trópicos com a comercialização dos produtos da terra natal. Modistas, alfaiates, cabeleireiros, cozinheiros, padeiros, músicos, professores de línguas foram apenas alguns dos muitos estrangeiros que souberam aproveitar o “boom civilizacional” no qual o Rio de Janeiro era cenário.

¹¹⁷ MALERBA, 2000, op. cit., p. 156.

¹¹⁸ PORTA SIQUEIRA, 1862, op. cit., p. 159-160.

¹¹⁹ LEITHOLD; RANGO, 1966, op. cit., p. 29-30.

¹²⁰ Sobre como a moda teve um papel preponderante na constituição da figura pessoal e política da rainha da França, ver WEBER, Caroline. **Rainha da moda**: como Maria Antonieta se vestiu para a Revolução. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. 472p.

Não foram poucos os comerciantes que fizeram publicidade na Gazeta anunciando as modas importadas. Em 1820 o inglês M. Harris:

[...] participa que lhe chegára proximamente de Londres e Paris, hum sortimento de ricas flores de ouro e prata, grinaldas do mesmo e de perolas, coletes para Senhoras e meninas de todo tamanho do ultimo gosto moderno, tonquins, cabelleiras, e rendas de prata e ouro, guarnições para mantos, leques de pellica, e outras mais modas do ultimo gosto.¹²¹

Vestidos dos mais diversos tecidos, leques, perfumes, chapéus, jóias, sapatos; artigos que auto-afirmavam o novo lugar que o dito sexo frágil reclamava para si junto à sociedade.

Era notório que a vinda da corte desencadeara um aumento dos cuidados com a toilette de damas abastadas. Contudo, a população masculina também se rendia às modas europeias. A superornamentação era exteriorizada em anéis, ouro no castão da bengala ou no cabo do chapéu usado durante o dia, penteados e cortes elegantes de barba, perfumes no cabelo, lenços. Fardas e variados tipos de condecoração como o brasão de armas constituíam-se em signos capazes de exteriorizar a riqueza. Negava-se a negros e escravos o uso de jóias, como forma de marcar a diferença de classe e raça, diferentemente das mucamas bem-vestidas que acompanhavam as damas nos raros passeios¹²². Assim, as “distinções são indispensavelmente necessarias para conservar em todos os estados bem ordenados dos sentimentos de emulação, e de gloria, que constituem a grandeza, e a prosperidade pública.”¹²³

Pode-se portanto afirmar que o modo como cada pessoa se vestia geralmente denunciava a posição em que a mesma ocupava na hierarquia social. Por meio dos inventários deixados no período, como o do negociante Elias Antonio Lopes, percebe-se de que maneira se vestia um homem abastado. Vejamos a seguir algumas peças contidas no inventário e a quantia das mesmas:

Huma Farda, e calção de pano escarlata com vestia de pano azul tudo bordado a fio de ouro e prata do primeiro uniforme - 60\$000
 Huma casaca de pano azul com gola e canhões de pano escarlata bordado a fio de ouro - 4\$800
 Dous Chapeos finos de prata agoladas e com plumas - 12\$000
 Hum vestido e calção de seda azul com vestia de cetim branco bordada - 9\$000

¹²¹ **GAZETA DO RIO DE JANEIRO**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820, n.7.

¹²² FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. 14. ed. São Paulo: Global, 2003. p. 216.

¹²³ OLIVEIRA, Luiz da Silva Pereira. **Privilegios da nobreza e fidalguia de Portugal, offerecidos ao Excellentissimo Senhor Marques de Abrantes...** Lisboa: Officina João Rodrigues Neves, 1806. p. 5.

Hum vestia de cetim branco bordado de matiz - 1\$600
 Hum vestido e vestia de sarja de seda preta e calção de meia de seda preto
 - 4\$000
 Huma camizolla de tafetá alvadia - \$800
 Huma capa de sarja de seda preta e hum Chapeo de Corte -
 4\$800¹²⁴

O valor das condecorações presentes no inventário do negociante era alto: “Hum placar da Ordem de Christo com seis centos sessenta e tres brilhantes grossos e muidos e noventa e quatro rubis no coração e Cruz, e trinta e quatro esmeraldas na Coroa” possuía o elevado preço de 4:000\$000, e “Hum Habito commenda com cento e quinze brilhantes e quinze rozas no centro da Cruz que he de granadas assim como o coração” valia 180\$000.¹²⁵

O manual de Porta Siqueira advertia, contudo, que os consumidores da moda deveriam estar atentos: “Podemos seguir as modas, mas não sermos inventores dellas, nem os primeiros em tomá-las, ou os últimos em deixá-las, seguindo em todas a gravidade, e a mediania, em que consiste a virtude, e a boa educação.”¹²⁶ Portanto, a auto-representação deveria ser comedida.

Não obstante o Rio possuísse um clima quente, o que freqüentemente se observava pelas ruas era o uso de casacos pesados, vestidos confeccionados para o clima temperado europeu e sapatos fechados, indumentárias altamente utilizadas pelas camadas elevadas. Onde havia quantidade, a qualidade muitas vezes deixava a desejar.

Outros costumes

Da mesma forma que a moda se constituía em um elemento de diferenciação na hierarquia social, os produtos alimentícios também compunham como fator simbólico da elite local. Os alimentos importados eram muito requisitados, pelos elevados preços e pelo requinte que proporcionavam à mesa. Dos portos europeus

¹²⁴ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Códice 789. **Inventario dos Bens da Caza do finado Conselheiro Elias Antonio Lopes**. Rio de Janeiro: 10 de novembro de 1815. É preciso ressaltar que no inventário de comerciantes usualmente também se constava as mercadorias de suas lojas, e que nem sempre todas as posses eram declaradas em juízo. MALERBA, 2000, op. cit., p. 148-150.

¹²⁵ Ibid.

¹²⁶ PORTA SIQUEIRA, 1862, op. cit., p. 160.

chegavam licor, vinho, aguardente, cerveja, chá, cidra, azeite, vinagre, molho, mostarda, chocolate, frutas secas.¹²⁷

Com a finalidade de atender ao paladar apurado da boa sociedade, noticiava-se na Gazeta os gêneros mais refinados, vindos do estrangeiro. Em 1819 era comunicado ao público a venda de doces em uma confeitaria situada na principal rua de comércio do Rio:

A loja de confeitaria da rua do Ouvidor N. 9, chegarão de Lisboa doces de pessego, damasco, ginja, figo, pera, assucar rosado, jeléa, que se vendem por preços modicos, tanto em frascos como em frisqueiras; na mesma loja ha excellente perrexil.¹²⁸

Já a alimentação das classes mais baixas, tida pelos europeus como pesada e indigesta, englobava a tradicional farinha de mandioca, o fubá e o feijão preto, cozidos com toucinho e carne seca de sol.¹²⁹

Sobre a adaptação dos estrangeiros, principalmente dos portugueses, ao paladar local, o bibliotecário Marrocos escreve a seu pai:

[...] aqui, comparada a natureza de hum e outro Paiz, não he mais favoravel o preço dos generos de primeira necessidade, e muito peor para os Europeos, que, na frase dos Cariocas, *são exdruxulos*, isto he, que não podem acostumar ao seu paladar e estomago á diversidade economica de comeres, que náusea e enfastia, como he por exemplo o trivial *quitute* de carne seca de Minas com feijão negro e farinha de pão, tudo cosido e amassado com os dedos, que por fim são lambidos.¹³⁰

Durante o período joanino, o costume de se comer fora de casa torna-se mais freqüente, sobretudo entre a camada privilegiada. Os lugares onde se ofereciam esse serviço – as chamadas “casas de pasto” – eram bem selecionados, servindo-se finos pratos por elevadas quantias. Na Gazeta do dia primeiro de abril de 1820, José Spitere anunciara que abrira

[...] na rua do Cano, n. 17, a sua caza de pasto, onde se achará de manhã caldo de galinha, ao jantar tudo quanto qualquer apetecer, empadas, pasteis, e doces diferentes, elle se obriga a satisfazer ao publico da melhor forma possivel, e tambem fará jantares para fóra.¹³¹

No que tange ao comportamento à mesa, a obra de Porta Siqueira prescrevia as seguintes atitudes cerceadoras: “pegando na faca com a mão direita, e com o garfo na esquerda, ou com a colher, e garfo, conforme as iguarias, não pondo sobre

¹²⁷ **GAZETA DO RIO DE JANEIRO**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1813, n. 101; 1819, n. 78; 1820, n. 15.

¹²⁸ **GAZETA DO RIO DE JANEIRO**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1819, n. 96.

¹²⁹ SPIX; MARTIUS, 1976, op. cit., p. 52.

¹³⁰ MARROCOS, 1939, op. cit., p. 153. (grifo do autor).

¹³¹ **GAZETA DO RIO DE JANEIRO**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820, n. 27.

a mesa mais que a mão até o punho se disporá a comer, guardando todas as regras.”¹³²

Em viagem pela Bahia e por Pernambuco entre 1816 e 1817 o que o viajante francês Tollenare presenciou foi exatamente o contrário com relação ao uso de talheres. A completa ausência dos mesmos fez-se notável inclusive no cotidiano da abastada mulher nordestina: “A Senhora vai à missa, seguida de numerosos escravos ricamente aparamentados e, de volta à casa, senta-se numa esteira e come a farinha de mandioca com os dedos.”¹³³

Mais do que instrumentos de uso, os utensílios domésticos eram peças de ostentação. Nos inventários da época eles faziam parte dos bens de ouro, prata e jóias.

No levantamento deixado por Elias Antonio Lopes fica evidente a importância material que os objetos da cozinha tinham na sociedade:

Dous pratos e duas thezouras de prata de espevitar que pezão hum marco e cincoenta e seis oitavos - 23\$200
 Hum talher de duas galhetas e dous seladeiros de cristaes dourados pezando tres marcos e doze e meia oitavas - 33\$250
 Onze colheres de prata para sopa
 Onze garfos
 Huma colher de tirar sopa
 Onze colheres de chá
 Huma escumadeira [total de 66\$000]
 Onze facas com cabos de prata - 25\$300
 Faca e garfo de trinchar - 6\$600
 Hum faqueiro coberto de lixa preta forrado de velludo carmezim peguilhado de ouro - 12\$800¹³⁴

Para o ato de comer, utilizavam-se mesas e cadeiras de madeira. A diversidade do mobiliário das casas mais abastadas sofreu considerável aumento no começo do Oitocentos. Secretária, escrivaninha, espelho, canapé, armário, cômoda, oratório, banco, baú e cadeira de jacarandá podiam ser encontrados facilmente nos inventários da época. Objetos de decoração – jarras para flores, lustres, vasos, biombos de charão, quadros, peças em cristal e em vidro inglesas – também faziam parte do mobiliário.¹³⁵

Mais uma vez os comerciantes ofereciam na Gazeta seus produtos:

¹³² PORTA SIQUEIRA, 1862, op. cit., p. 125.

¹³³ TOLLENARE, Louis-François de. **Notas dominicais**. Salvador: Livraria Progresso, 1956. p. 332.

¹³⁴ Consta na relação do negociante ainda cerca de 53 colheres, 30 garfos e 37 facas e um faqueiro. **Inventário dos Bens da Caza do finado Conselheiro Elias Antonio Lopes.**

¹³⁵ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822)**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2007. p. 30-33.

Bourdon e Fry, rua Direita n. 18, receberão ultimamente novo sortimento de moveis, a saber guarda roupas, guarda louças, secretarias, commodas, aparadores, mezas de todas as qualidades, huma cama rica com todos os seus pertences, canapés e cadeiras de magno [...].¹³⁶

Se antes da vinda da corte os signos de sociabilidade continham um caráter ibérico, a partir de 1808 o primado de cultura européia no Brasil significava maior influência do inglês, e principalmente, do francês. Apesar do governo joanino possuir grandes relações diplomáticas com a Inglaterra – a quem sempre lhe fôra fiel politicamente – era sobre a instável França que se recaía o fascínio da vida em corte exemplificada no palácio de Versalhes. Segundo Kirsten Schultz, a adoção do modelo francês estará presente na medida em que se tentou compilar no Rio de Janeiro uma “Versalhes tropical”.¹³⁷

A presença do séquito real português na capital da colônia transformará a cidade fluminense em centro irradiador de cultura e de tendências. Sua importância no contexto nacional será tão expressiva e crescente ao longo dos anos, a ponto de um viajante alemão que aí esteve na segunda metade do século XIX afirmar “O Rio de Janeiro é o Brasil”.¹³⁸

¹³⁶ **GAZETA DO RIO DE JANEIRO**. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1820, n. 12.

¹³⁷ SCHULTZ, Kirsten. **Versalhes tropical**: império, monarquia e a corte real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821. São Paulo: Civilização Brasileira, 2008. 448p.

¹³⁸ KOSERITZ, Carl Von. **Imagens do Brasil**. São Paulo: Ed. USP, 1972. p. 17.

CAPÍTULO 3 CÓDIGOS CIVILIZATÓRIOS: PRECEITOS E TRAMAS

3.1 Simbologia cortesã

No segundo capítulo analisamos algumas mudanças ocasionadas no Rio de Janeiro devido à transferência de D. João VI, nas esferas pública e privada. Buscamos elucidar, dentro desse contexto, quais os distintivos de que a camada abastada se apropriava para conservar seu prestígio enquanto tal.

Neste capítulo continuaremos a abordar de que forma os códigos “civilizatórios” eram – ou não – adotados pelas elites locais e como as mesmas possuíam signos que legitimavam a auto-afirmação da corte perante os outros grupos. Mas antes, é pertinente ressaltar a questão simbólica cortesã inserida na sociedade.

Especialmente acerca da simbologia intrínseca às classes sociais, explica Pierre Bourdieu:

Uma classe não pode jamais ser definida apenas por sua situação e por sua posição na estrutura social, isto é, pelas relações que mantém objetivamente com outras classes sociais. Inúmeras propriedades de uma classe social provêm do fato de que seus membros se envolvem deliberada ou objetivamente em relações simbólicas com os indivíduos das outras classes, e com isso exprimem diferenças de situação e de posição segundo uma lógica sistemática, tendendo a transmutá-las em *distinções significantes*.¹³⁹

Há uma interdependência entre as funções de cada camada dentro da sociedade, ocasionada pela troca de relações e pelo constante entrelaçamento. Cada indivíduo faz parte de um determinado lugar, “cada qual é obrigado a usar certo tipo de traje; está preso a certo ritual no trato com os outros e a formas específicas de comportamento”.¹⁴⁰ Apesar das formas de conduta serem particulares a cada grupo social e a cada espaço temporal, elas estão sempre se modificando.

Em se tratando do fluxo temporal, essa mudança fez-se tão visível no Brasil de D. João VI, por exemplo, que as impressões de viajantes europeus sobre o território, e mais precisamente sobre as pessoas, transformaram-se ao longo dos treze anos em que o regente aqui esteve.

¹³⁹ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 14. (grifo do autor).

¹⁴⁰ ELIAS, Nobert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. p. 21.

Ao testemunhar um grande baile em comemoração pelos serviços que o governador da Bahia, o Conde de Arcos, prestou naquela província em 1817, Tollenare surpreendeu-se com o gosto e a graça dos convidados. Somando duzentas e cinqüenta pessoas – cerca de quarenta e três senhoras e pouco mais de duzentos cavalheiros – a festa se caracterizou pelos moldes europeus, e não pelos brasileiros. Os portugueses estavam trajados de casaca de seda à francesa, espada e bolsa. Elegantemente vestidas, as damas usavam espartilhos e outros artigos franceses da moda. A ceia fôra servida em um belo salão com quatrocentos talheres. Não se via iguarias delicadas, mas nas mesas havia velas e cristais. Terminado o discurso e o recitativo (pronunciamentos de praxe em celebrações de gala), uma dama executou decentemente concerto no piano, e mais de quinze damas bailaram danças inglesas com ardor e delicadeza. Neste ponto – na execução da musicalidade – a obra de Porta Siqueira parece não ter sido olvidada:

Havendo de tocar-se, cantar-se [...] ainda que tudo isto saiba fazer, não o deve mostrar; mas sendo reconhecido, e rogado se desculpe primeiro, e o recuse com civilidade. Porém vindo que não aceitam suas desculpas, não ateime, execute logo o que souber; pois esta prompta obediencia lhe servirá de merecimento. Não cante também tanto, que enfade, he melhor fazer-se desejar, que aborrecer.¹⁴¹

No final do relato acerca do baile, o viajante francês assevera: “[...] a festa foi tão bela e organizada com tanto cuidado com sê-lo-ia em uma das nossas cidades provinciais da França”.¹⁴²

Até Langsdorff, que visitara regiões remotas do Brasil, pôde testemunhar uma suntuosa reunião. Em 1824 fôra ao batizado da filha de um poderoso negociante no Distrito Diamantino de Minas Gerais. O cônsul prussiano custara a acreditar na quantidade de damas que estava no local (visto ser incomum encontrá-las publicamente) e na qualidade de suas vestimentas:

O vestuário era muito rico, à moda francesa, com vestidos riquíssimos de seda, cetim, musselinas bordadas em prata ou ouro indiano, rendas francesas, *toques* francesas com penas de avestruz, pedras preciosas, correntes de ouro, penteados, etc. O tipo de roupa dessas senhoras poderia ser usado em qualquer baile da Corte ou nos círculos mais importantes da Europa.¹⁴³

Os senhores não ficavam aquém. Trajavam “calças curtas com meias de seda brancas, fivelas douradas e um pequeno sabre de visita, usado em Portugal e Rio de

¹⁴¹ PORTA SIQUEIRA, 1862, op. cit., p. 150.

¹⁴² TOLLENARE, 1956, op. cit., p. 302-311.

¹⁴³ SILVA, 1997, op. cit., p. 280. (grifo do autor).

Janeiro, com um meio palmo de comprimento.”¹⁴⁴ Após o batizado e a dança, serviu-se o jantar. A mesa de carnes era guarnecida com vinte grandes travessas, cada uma composta de dois assados – leitão, peru, bezerro assado, pernil de veado, galinha assada. Langsdorff não cita precisamente o número de convivas, mas estima-se que pela abundância de alimentos beirasse os duzentos.

Se nas celebrações ocorridas no interior de Minas Gerais e na Bahia já se adotavam costumes mais “europeus”, que dizer das que aconteciam no Rio de Janeiro. Na capital do império, a corte mostrava ainda mais a formalidade estampada na prática da etiqueta.

Em 24 de agosto de 1821, após mais de um mês do retorno de D. João VI à Portugal, a cidade fluminense foi palco de um suntuoso baile para a corte na Casa da Ópera, em que participara o agora regente D. Pedro I. Dias antes, publicou-se um pronunciamento contendo as normas de comportamento que cabia aos convivas aderir.

De acordo com a pragmática, as carruagens da corte deveriam entrar pelo lado direito do recinto e sair pelo lado esquerdo. As pessoas que fossem a pé entrariam pelas portas laterais. Como a sala da Casa da Ópera não comportava toda a quantidade de senhoras convidadas, apenas adentraria naquela as damas que participariam do baile. O restante seria conduzido ao camarote, afim de ver o espetáculo. Em ambos os locais não haveria distinção de lugares para as mulheres, sendo as cadeiras ocupadas por ordem de chegada. Logo na entrada, as damas receberiam uma medalha com um número, para saber em qual turno poderia se servir à mesa. Cada turno correspondia a cem números de medalhas. Os cavalheiros se serviriam depois. O brinde de “saúde” estava proibido.

A solenidade seria aberta somente quando a Família Real se prostrasse. Isso feito, os convidados se encarregariam de prestar as devidas homenagens:

[...] as Senhoras se porão de pé, em quanto durar a Symphonia d’abertura de Baile, acabada a qual se sentarão. Os Cavalheiros porém, que estiverem na Salla se conservarão de pé, com sua Espada, e chapéo na mão, que nunca deixarão, senão quando dançarem.¹⁴⁵

Depois de iniciado o baile e findado os minuets, teriam lugar as “contradanças, waltz, Ril, &c.”, conforme a sequência sugerida pelos Mestres Sala, os quais:

¹⁴⁴ Ibid, p. 280.

¹⁴⁵ **Etiqueta que se ha-de guardar pelos senhores convidados para o Baile da noite de 24 do corrente - Agosto de 1821.** Rio de Janeiro: Typographia Regia, 1821.

[...] convidarão as Senhoras para cada huma destas danças, dando-lhes os Pares, que serão sempre diversos; qualquer Senhora, que estiver cançada, ou não quizer figurar na Dança proposta, o poderá fazer livremente, sem que se tenha isto por falta de delicadeza. Não serão as Danças de longa duração para se evitar a fadiga; e no fim d'ellas não se darão pateadas, nem outros applausos do costume. Assim o pede o decoro d'Assembléa, e o respeito devido a SS. AA. RR.¹⁴⁶

Terminada a celebração, o convidado que fôra de carruagem teria de dizer para os recepcionistas o nome do seu bolieiro – pessoa que conduz o meio de locomoção – para que mandasse vir o veículo, observando-se a mesma ordem da entrada.

Por meio do documento examinado compreendemos que a representação da etiqueta corresponde a comportamentos que justificam a identidade da corte enquanto tal. “Os cortesãos desenvolvem [...] uma sensibilidade extraordinariamente refinada para as posturas, a fala e o comportamento que convém ou não a um indivíduo segundo sua posição e seu valor na sociedade.”¹⁴⁷

Nas reuniões noturnas, diversos tipos de jogos constituíam-se em um dos triviais divertimentos da camada abastada. Após um jantar, concluída uma dança, em uma assembléia; lá estava o elemento lúdico a animar o cotidiano muitas vezes enfadonho da sociedade.

Causou estranheza a Leithold o gosto de brasileiros e portugueses pela jogatina, assim como o elevado número de casas de tavolagem. O vício arrastou mais de um homem nobre para a miséria. “Muita família é infelicitada e levada à ruína em conseqüência do jogo.”¹⁴⁸

Ora, não era de bom-tom que o homem cortês possuísse um vício e transparecesse fraqueza aos olhos dos outros. Era mister honrar o lugar de prestígio que lhe competia na sociedade, evitando julgamentos de terceiros que viessem a denegrir sua imagem.

Todo o empenho do homem ha de consistir na gloria do seu bom nome. Mais vale ser conhecido de todos, que conhecer a muitos. Pouco merece o nome de homem, quem não cuida na opinião futura. Melhor he ser bem ouvido, que bem visto.¹⁴⁹

Assim, qualidades intrínsecas à pessoa bem nascida, como a probidade e a virtude, estariam asseguradas.

¹⁴⁶ Ibid.

¹⁴⁷ ELIAS, 2001, op. cit., p. 77.

¹⁴⁸ LEITHOLD; RANGO, 1966, op. cit., p. 47.

¹⁴⁹ CASTRO, 1749, op. cit., p. 9.

Fica evidente que tanto a simbologia moral como a simbologia material cortesã deveriam ser igualmente exteriorizadas.

Exemplo de simbologia material, os festejos em que a Família Real era atração principal se compunham de grande pompa. Os dias festivos, nos quais a corte deveria participar, dividiam-se em “dias de grande gala” – aniversários natalícios de D. João, da princesa Carlota, do príncipe da Beira D. Pedro, da rainha D. Maria, dia da chegada ao Rio de Janeiro, dias santos, e “dias de simples gala” – datas natalícias de outros membros reais, dia do consórcio de D. João, alguns dias santos. Nessas ocasiões, o rei recebia as pessoas de maior consideração no Paço, lugar onde ocorriam os beija-mãos de gala. A etiqueta prescrevia que aquelas se vestissem de corte, ou seja, que seus trajes estampassem asseio e riqueza. E não somente a corte deveria ir ao Paço executar o beija-mão. As camadas menos abastadas igualmente cumpriam a etiqueta, uma vez que essa cerimônia acontecia todas as noites, sendo que em algumas a fila para realização da pragmática chegava ao número de trezentas almas. Antes do beija-mão, era necessário a cada súdito realizar a genuflexão, que consistia em colocar um joelho em terra na presença dos membros reais.¹⁵⁰ Fora dos horários restritos ao beija-mão, apenas os nobres poderiam beijar a mão real.

Deveras usual em Portugal, a genuflexão não passou despercebida aos olhos do francês Carrère: “Os portugueses ajoelham quando servem e falam aos seus soberanos e o povo ajoelha sempre que eles passam na rua ou na estrada.”¹⁵¹ No Rio, o hábito causou indignação ao prussiano Von Flemming, que não concordou com a premissa de que todos – mesmo os estrangeiros que não eram portugueses, e que portanto não partilhavam da mesma cultura – fossem coagidos a prestar tal homenagem, já que se não o fizesse seria detido por soldados, e até ameaçado.

Muito incômodo e prejudicial em suas conseqüências é, [...] o hábito de a gente, logo que encontre um membro da Família Real na rua, ser obrigada a descer do cavalo ou da carruagem para fazer uma genuflexão. Esta demonstração de respeito não é espontânea, pois um pelotão de cavalaria (*batedores*) ou picadores, que antecedem a carruagem manda descer os cavaleiros com o mais indecente tom, obrigando-os a isso no caso de recusa, com violência escandalosa.¹⁵²

¹⁵⁰ MALERBA, 2000, op. cit., p. 184.

¹⁵¹ CARRÈRE, 1989, op. cit., p. 55.

¹⁵² OBERACKER JÚNIOR, 1985, op. cit., p. 257. (grifo do autor).

Podemos entender que as pessoas em geral – tanto os nobres quanto as camadas menos favorecidas – viam-se “forçadas” a realizar o ato. Nestes termos, é plausível que o compêndio sintetizado por Porta Siqueira tenha sido assimilado:

Quando alguma pessoa se encontrar com El-Rei, Rainha, Príncipes, e Infantes, se for a pé parará, e ao passar põe hum joelho em terra, sem ir beijar-lhe a mão, pois esta honra fóra de Beija-mãos não se concede de ordinario senão aos Grandes.¹⁵³

Tal “obrigação” foi suspensa por D. João após o incidente envolvendo o cônsul americano Thomas Sumter e D. Carlota, no qual o ministro se recusou a prestar as devidas condolências e fôra agressivamente insultado pela guarda da rainha. O episódio só não causou um desacordo diplomático entre os dois países porque o regente interveio no caso e desculpou-se formalmente. Após esse acontecimento, D. João ordenou que não fosse mais exigido a nenhum estrangeiro realizar a citada deferência.¹⁵⁴

Mesmo a contragosto, o fato é que a corte deveria cumprir a etiqueta porque sua existência social estava diretamente ligada a ela, e seu rompimento significava no rompimento da condição aristocrática. A mútua relação que esses indivíduos mantinham com o soberano era fundamental no processo de auto-afirmação.

Dessa forma, a superioridade cortês perante os demais grupos sociais se dava pela existência de signos simbólicos. A simbologia presente na etiqueta é “[...] uma planificação calculada do comportamento individual com vista a assegurar, na competição e sob pressão permanente, ganhos de status e de prestígio mediante um comportamento adequado.”¹⁵⁵ Comportamento esse que deveria expressar maneiras mais polidas.

Richard Sennett desenvolveu um estudo acerca da exaltação da aparência nas sociedades européias. Como forma de se diferenciar das demais extratificações sociais, a aristocracia do Antigo Regime buscava constantemente distintivos capazes de obter esse distanciamento. O autor compara as sociedades com um grande teatro, o *theatrum mundi*, no qual cada indivíduo é um ator social, que exhibe papéis específicos para cada situação. “A representação teatral, na forma das boas maneiras, convenções e gestos rituais, é a própria substância de que são formadas

¹⁵³ PORTA SIQUEIRA, 1862, op. cit., p. 60.

¹⁵⁴ LIMA, 1996, op. cit., p. 181.

¹⁵⁵ ELIAS, 2001, op. cit., p. 67.

as relações públicas e da qual as relações públicas auferem sua significação emocional.”¹⁵⁶

Como fôra analisado, no Rio joanino a distinção entre a elite e as demais classes sociais ocorria na medida em que a primeira se auto-afirmava com relação à segunda. Fosse por meio de signos materiais, como vestuário, alimentação e mobiliário, fosse por meio de signos imateriais, como a auto-representatividade em sociedade, na qual deveriam estar expostas as maneiras consideradas corretas.

3.2 Prescrição moral

Pudemos perceber, principalmente na segunda parte do estudo, que a “Gazeta do Rio de Janeiro” se empregava na divulgação de serviços prestados por uma sociedade colonial que nunca sofrera tamanha influência “civilizacional” vinda do Velho Mundo, especialmente de Inglaterra e França.

Inaugurado em setembro de 1808, o periódico fluminense passou a maior parte dos seus quatorze anos de existência sendo bissemanal – publicado às quartas-feiras e aos sábados. Durante aqueles anos, tivera três redatores, os quais privilegiavam notícias internacionais. Cabia aos redatores selecionar as matérias contidas nos impressos europeus, já que grande parte das informações era recolhida de periódicos franceses ou ingleses. Por isso, era imprescindível que os mesmos soubessem línguas estrangeiras.

O período no qual a Europa esteve em guerra fôra assaz abordado pelos redatores, que não pouparam palavras repreensivas para com a política arbitrária de Napoleão Bonaparte. Na edição de 28 de janeiro de 1809, duas das quatro páginas do periódico são concedidas ao Bloqueio Continental – impedimento que a França impôs aos portos dos países submetidos a seu domínio de comercializar com os navios vindos da Grã-Bretanha.

Se o antigo, e novo continente estivessem debaixo do domínio de hum só Monarcha, se as suas ordens podessem executar-se nas costas de todos os paizes do globo, e se as suas resoluções soberanas fossem exemptas de interrupções indispensaveis, e de circunstancias contingentes, nesse caso o bloqueio continental poderia ser practicable; mas que huma só potencia destituida de toda a experiencia maritima, e de vasos, e cujos aliados estão em iguaes circunstancias, queira obrigar todas as outras potencias sem atençaõ ao seu local, relacções, e precisões, a privar-se dos beneficios do

¹⁵⁶ SENNETT, 1989, op. cit., p. 46. Ver também “O teatro da festa” In: MALERBA, 2000, op. cit.

commercio, a abandonar o que he necessario, e conveniente para a vida, a destruir as producções sobre-abundantes do seu paiz, e abrir mão de todas as vantagens provenientes da industria, e navegação; he hum arbitrio extravagante, impracticavel parfa com Reino estranhos, injusto, e tyrannico para com a propria nação.¹⁵⁷

Como órgão oficial da Coroa, era de se esperar que a figura de Napoleão não fosse vista como das mais amigáveis.

Além das notícias internacionais, a Gazeta editava informações locais sobre a atuação do governo nas capitanias, eventos políticos diversos, despachos régios, avisos acerca da entrada e saída de embarcações no porto fluminense. A última seção da Gazeta, menor e mais sucinta, destinava-se aos assuntos referentes à vida cotidiana, ou seja, dados sobre vestuário, alimentação, moradia, cultura. É preciso salientar que esse tipo de anúncio, especialmente o atribuído à esfera cultural, apenas era divulgado se estivesse de acordo com a normatização dos bons costumes e não violasse a ordem estabelecida pela Coroa.

Da mesma forma como a propaganda de livros vendidos passava por uma clivagem, o mesmo acontecia com a Impressão Régia. Com a finalidade de interditar impressos que maculassem a política da moral, fôra criada em 1808 a Junta Diretora, com funções organizadora e administrativa. Os volumes publicados por ordem da Coroa tinham um caminho livre da censura, e no fim da página de rosto vinham com a inscrição “Com Licença da Mesa do Desembargo do Paço”, “Com Licença do S.A.R.”. Já os impressos liberalizados pelo Reino vinham assim indicados: “Por Ordem de Sua Alteza Real”, “Por Ordem Superior” ou “Por Ordem de Sua Majestade”.¹⁵⁸

Dentre as obras de assuntos específicos anunciadas pela Gazeta, frequentemente estavam as de ciências médicas, economia, jurisprudência, teologia, aritmética, história natural, filosofia. As de caráter moralista também se divulgavam. Essas, talvez até mais que as primeiras, passavam por rigorosa vigilância da censura, pois normalmente as de disciplinas se destinavam apenas a profissionais da área. Pode-se afirmar, no entanto, que os textos literários abarcavam um número maior de leitores, embora restringindo-se em geral à elite letrada. Dessa forma, a circulação dos mesmos estava nitidamente limitada. Os livros que não eram publicados pela Impressão Régia do Rio de Janeiro importavam-se principalmente

¹⁵⁷ **GAZETA DO RIO DE JANEIRO**. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1809, n. 39.

¹⁵⁸ SCHWARCZ, 2002, op. cit., p. 250.

de Portugal, sobretudo da Impressão Régia de Lisboa. Grande parte era traduzido do inglês e principalmente do francês, sendo vendidos por livreiros que já em 1808 somavam quatro na cidade fluminense. Todos os impressos divulgados pela Gazeta do Rio de Janeiro vinham acompanhados de preço.¹⁵⁹

Obras que tratavam de assuntos polêmicos do ponto de vista religioso, como a existência de demônios e de “forças sobrenaturais” por exemplo, também eram comercializadas. Na Gazeta de 12 de fevereiro de 1820 anunciava-se “Historia das Imaginações extravagantes de Oufle, causadas pela leitura dos Livros que tratão de Magia, dos Endemoninhados, feiticeiros, lobishomens, genios, phantasmas, &c”, “Breve Tratado sobre o uso e abuso das cirtudes e revelações e couzas sobrenaturaes e do poder do Demonio e da Natureza em ordem a fazer illusões”, “Defeza de Cecilia Faragó acusada de feitiçaria” e “Arte Magica anniquilada”. Ora, essa comercialização somente acontecia porque certamente o conteúdo dos textos legitimava o dogma da Igreja e repudiava conceitos contrários à religião católica.

Já os livros que continham prescrições de conduta e recomendavam aos leitores atitudes cerceadoras no cotidiano eram mais divulgados pelo periódico. Por meio de uma linguagem nem sempre direta, possuíam um misto de parábola com ensinamento moral e receitas de etiqueta.

Os manuais englobavam muitos temas, atendendo às mais variadas faixas etárias. Uma delas, a pertencente à dama da alta sociedade, era bastante receptiva em termos de leitura. Além da demanda de impressos para aquele grupo ser elevada, era sobre o “belo sexo” que se destinavam “maiores atenções”. Mais suscetível a influências “negativas” vindas do meio externo, a mulher de elite deveria cultivar qualidades que fossem próprias de uma dama bem nascida. Importante figura familiar, era por meio dela que muitas vezes ocorria a propagação dos valores morais contidos nos livros ao restante da família. Contenção dos gestos, pureza, resignação, fidelidade eram alguns dos predicados que as obras pregavam para que a dama convivesse de forma harmoniosa perante a sociedade e não colocasse em risco sua reputação, bem como de seus parentes.

Que se educa mui bem a mocidade/ São todas as donzellas instruídas/ Tem
aceio, modéstia, honestidade/ Que são graves, prendadas, commedidas/
Que tem a seus Maiores humildade/ Gastão o tempo em ler, não em

¹⁵⁹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822)**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2007. p. 185.

Partidas/ Sujeição, honra e brio em todas brilha,/ A Mãe sabe que he Mãe, a
Filha Filha.¹⁶⁰

Segundo o poema, era mister que a mulher nobre honrasse o lugar de prestígio que lhe competia. Logo, era descortês não possuir instrução e não ser prendada. O respeito para com as pessoas mais velhas, o preenchimento do tempo com atividades consideradas úteis como ler e bordar, e o senso de que tanto o comportamento quanto o modo de vestir deveriam ser proporcionais com a idade e o estado civil, constituíam-se em qualidades indispensáveis às mulheres honradas.

Desde o início do oitocentos, a prosa de ficção obteve grande aceitação junto ao público feminino fluminense, em grande parte devido ao baixo preço editorial e por ser uma opção no passatempo diário. Será a partir da chegada da corte que o surto dos chamados “contos morais” intensifica-se, aumentando progressivamente ao longo do século XIX na medida em que a circulação dos mesmos se dinamiza.¹⁶¹

De acordo com Rubens Borba de Moraes, a vinda da Família Real foi muito importante para a difusão dessas obras no território brasileiro, pois trouxera consigo a moda da leitura que já existia entre a nobreza e a burguesia portuguesas. A prática, apesar de já existente desde séculos anteriores, estendeu-se com maior veemência às camadas abastadas fluminenses a partir do início do século XIX. De acordo com o autor, entre os anos de 1810 e 1818 a Imprensa Régia do Rio de Janeiro publicou mais de vinte livros, quase todos originários da língua francesa.¹⁶² Muitos libelos publicados em Portugal também circulavam no Rio joanino¹⁶³, onde eram colocados em anúncio, como na Gazeta do Rio de Janeiro.

Diversos textos direcionados às damas continham proposições relacionadas à questão da honra, qualidade bastante preconizada pela Igreja Católica do Antigo Regime. Durante aquele período, o catolicismo criava mecanismos que corroborassem o poder do “pater familias”, justificando assim a submissão da figura feminina dentro de uma sociedade cujo caráter se caracterizava pela prevalência da

¹⁶⁰ COSTA, Daniel Rodrigues da. **O balão, aos habitantes da lua, Poema, heroi comico em hum so canto**. Lisboa: João Nunes Esteves, 1822. p. 17.

¹⁶¹ SILVA, 2007, op. cit., p. 206.

¹⁶² CAMARGO; BORBA DE MORAES, 1993, op. cit., p. 29. Prova disso é a preponderância de impressos traduzidos do francês utilizados na parte final desta dissertação.

¹⁶³ Faremos a seguir uso de algumas obras – publicadas tanto no Rio de Janeiro quanto em Portugal – que, em nossa perspectiva, atenderam várias vertentes no que concerne à questão dos valores morais. São elas: “Castigo da prostituição”, “Triste effeito de huma infidelidade”, “As duas desafortunadas”, “Paulo e Virgínia”, “A mãe má”, “O bom marido” e “Recreações do homem sensível, ou collecção de exemplos verdadeiros, e patheticos”.

figura masculina. Sabe-se que a imagem da supremacia do sexo masculino fôra idealizada em momentos anteriores – o que remete à passagem evangélica de Adão e Eva. A Reforma Católica iniciada no século XVI, contudo, trouxera uma nova política sobre a ideal conduta de comportamento da mulher em sociedade. Por meio de sermões pregava-se os dogmas e se difundia a teologia moral cristã. Importante elemento da estrutura familiar, a mulher possuía a obrigação de se dedicar inteiramente ao matrimônio e ao cuidado dos filhos. Vista como importante defensora da fé cristã no seio familiar, em suas atitudes deveriam estar estampadas o exemplo de honestidade, castidade e disciplina, uma vez que em toda sua vida era submetida à dominação masculina, fosse pelo pai quando solteira, fosse pelo marido após o casamento. A desigualdade “natural” entre os sexos revelava a sujeição da mulher ao poder do “pater”, que a protegia, a dirigia e a sustentava. Ela, por sua vez, deveria participar da dignidade do marido, não colocando em risco sua honra.¹⁶⁴

Em “O castigo da prostituição”, obra cujo autor é desconhecido, o tema da honra feminina aparece explicitamente. A narradora da obra, traduzida do francês e publicada pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro em 1815, é uma formosa e inocente donzela de 16 anos, cuja condição social não é citada, mas subentende-se que é da alta sociedade por freqüentar espetáculos. Certo dia, conhece uma mulher que lhe incita a conhecer prazeres carnavais e a explorar sua beleza: “he hum thezouro que senão deve esconder; mas pelo contrario empregar em fazer os homens felizes, consistindo nisto a vossa propria felicidade. De outra maneira de que vos serviria o seres bella?” A corruptora acaba por convencê-la, vendendo a pureza da moça a um homem que nos parece possuir bens. Segundo a narradora: “O cruel se aproveitou de minha desordem; e servindo-se de caricias as mais temerarias, entre ellas, e em o meio de seus transportes, e minhas lagrimas, elle triunfou de sua victima.” Transcorrido o ato, a donzela se arrepende, mas é tarde demais. No final do relato ela aconselha a leitora, principalmente aquela dotada de alguma beleza, a agir com prudência, para não se deixar enganar por mulheres astutas que tentam ludibriar damas puras e honestas. A honra, a seu ver, constitui-se do bem mais precioso que uma mulher possui. Quando retirado, jamais poderá ser restituído. A moça utiliza de seu triste exemplo para persuadir a leitora:

¹⁶⁴ HESPANHA, António Manuel. A família. In: MATTOSO, José (Org.). **História de Portugal: o antigo regime (1620-1807)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, v. 4. p. 273-277.

Arrastada pela sensualidade, eu não pude já mais suspender-me: a paixão da libertinage se apoderou de minha alma; eu me abismei em a prostituição; até cheguei a experimentar, que as penas as mais cruéis se seguem ás faltas as mais leves. [...] E vós ó Donzellas, que sois dotadas de alguma formosura, quanto meu exemplo, e minhas desgraças vos devem instruir! Aprendei de mim, e sabei, o que se perde, em se perdendo a innocencia. Não vos deixeis enganar por mulheres libertinas: não vos deixeis cahir em os laços em que sua imprudencia as tem precipitado; e lembrai-vos que desde o primeiro instante em que tropeça vossa fraqueza, principião vossas desgraças para não acabarem já mais.¹⁶⁵

O mesmo objeto, qual seja, a pureza feminina, é tratado em “Triste efeito de huma infidelidade”. O impresso, também de autor ignorado, originou-se do francês e foi editado pela Impressão Régia do Rio de Janeiro em 1815. Seu narrador é um homem de muitas posses, apelidado de “Mosqueteiro”, o qual, numa determinada noite passeando pelas ruas parisienses, percebe a presença de três mulheres. Uma delas lhe pede socorro, sendo prontamente atendida. Mosqueteiro resolve levá-las até sua casa, e no recinto nota que na verdade as três pessoas se tratavam de uma abastada dama que estava grávida, sua criada e um religioso.

A Senhora, de aproximadamente 18 anos, possuía o sangue de uma das famílias mais ricas de Paris. Órfã de pai e mãe, ficou sob vigilância de dois irmãos, que acabaram por descobrir sua perdição e por isso iriam sacrificar a vida da irmã e a do filho que trazia no ventre. O padre, porém, consegue evitar a desgraça anunciada, ajudando a dama e sua criada a fugirem. Neste ínterim é dado ao Mosqueteiro encontrar com os três personagens, o qual acolhe-os em sua casa. A dama, que acredita na fidelidade e no amor incondicional do amante, pede a seu benfeitor que envie uma carta comunicando o ocorrido, para que ele vá a seu encontro.

Ao contrário do que esperava, a resposta do amado é a mais indiferente possível, o qual, além de não se importar com o sofrimento daquela, abandona-a ao próprio infortúnio. Dissimulando resignação e calma, a Senhora diz a seu novo amigo que resolveu tomar o hábito e se mudar para um Convento onde se encontrava sua tia. No entanto, o que parecia conformação revelou-se o oposto. Alegando cansaço, a infeliz mulher retira-se sozinha para o aposento que Mosqueteiro lhe solicitara e comete suicídio no local, cravando em seu peito um punhal do qual fazia uso durante as refeições. O crime é percebido duas horas depois por duas criadas que percebem gotas de sangue escorrendo do pavimento

¹⁶⁵ CASTIGO da prostituição. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1815. p. 32.

daquela. Quando o benfeitor entra no compartimento, nota que a Senhora já está sem vida. Sobre a mesa ele descobre um papel que continha as seguintes palavras:

Generosissimo Mosqueteiro, eu vos pesso perdão de vos ter enganado: era-me impossivel o executar de outra sôrte a resolução em que estava de morrer. Vossa cega amizade por huma desgraçada vos impidiu de ver que a morte lhe era necessaria no horrivel estado, a que se via reduzida. [...] A Deos: eu morro contente. O Ceo que só castiga os crimes, terá piedade de minha alma.¹⁶⁶

Na carta, ela diz que teria o cuidado de apunhalar o coração e não a barriga, pois “[...] se me fizerem abrir prontamente depois de minha morte, elle [o filho] se poderá baptizar”. E assim foi feito. Um cirurgião faz a operação de retirada da criança, que vive somente por meia hora. Ambos foram enterrados em um cemitério.

É interessante observar que a religião é um fator determinante no desfecho do livro. O arrependimento, seguido de auto-punição e do reconhecimento da importância dos valores cristãos para a salvação da alma são essenciais para se obter o perdão de Deus, nesses opúsculos morais veiculados no Rio de D. João. A conduta da moça ao suicidar-se, de evitar que o punhal acertasse a barriga, demonstra que, apesar dela já se encontrar “perdida”, o filho ao menos poderia se salvar, sendo batizado de acordo com o sacramento católico, e o fato de ambos serem sepultados em um lugar sagrado denuncia o perdão pelos pecados. Nota-se também que os personagens centrais da trama provinham de uma extratificação social elevada, o que de certa forma confirma a tese de que muitos dos seus leitores possuíam condição social semelhante.

A presença religiosa igualmente é encontrada em “As duas desafortunadas”, editado em 1815 na tipografia fluminense. A obra, escrita pelo historiador e literato francês Jean François Marmontel (1723 – 1799), conta a história de duas mulheres abastadas que se retiram para um mesmo convento. Lucilia, que estava no convento havia cinco anos, narra seu infortúnio a Marquesa de Clarence, esta há poucos dias reclusa. Lucilia se apaixonara por um rico e fiel homem, que correspondia a seu amor. Suas famílias eram bastante amigas, mas um processo burocrático levantado pelo pai dele contra a mãe da moça delegou em ódio de ambos os lados. Apesar disso, a paixão dos amantes persiste, sendo descoberta pela mãe de Lucilia, que a obriga a ir para o convento. O processo é ganho pela família do rapaz, levando a família dela à ruína financeira. Lucilia acredita na inocência do amado, que a seu ver

¹⁶⁶ TRISTE efeito de huma infidelidade. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1815. p. 28-29.

sempre fôra honesto e honrado, mas sua mãe tenta alertá-la de que ele é cúmplice do pai.

Já o relato da Marquesa é inverso. Apesar de conseguir o consentimento da família para se casar com um homem rico e de boa linhagem, descobre que o mesmo possui caráter libertino: “[...] a doçura de huma união innocente, e socegada, não teve mais para elle os mesmos encantos”. Corrompido pela volúpia e pelos prazeres, tornou-se indigno para a esposa, que resolve se retirar por vontade própria para o convento.

Em determinado momento do enredo, as duas mulheres descobrem que suas desventuras foram causadas pelo mesmo homem. A conversa de ambas é interrompida pela notícia da má saúde do Marquês, que roga, na iminência da morte, a presença da Marquesa. Ela então concede ao marido um último instante. O esposo pede seu perdão e profere essas palavras:

O’ vós a quem eu tenho tanto, e tão cruelmente ultrajado [...], vede o fructo de minhas desordens; vede a ferida medonha com que a mão de Deos me tem castigado. Se eu ainda sou digno da vossa piedade, levantai ao Ceo huma voz innocente, e apresentai-lhe meus remorços. [...] Acaba, acaba de expiar minha vida: não ha males, que eu não mereça: eu tenho enganado, deshonorado, e perseguido a innocencia, e a mesma virtude.¹⁶⁷

Após obter a remissão de suas faltas, o Marquês falece e a mulher volta ao convento, onde toma o hábito assim como Lucilia.

Da mesma forma que o anterior, neste texto há a predominância de personagens provenientes da camada abastada e o aspecto religioso também é fundamental. Em ambos a pessoa delituosa se arrepende e enxerga na morte a única solução para a cura da chaga mundana. “As duas desafortunadas” mostra que a maior qualidade moral consiste em abraçar a cristandade e negar a futilidade dos prazeres que o mundo oferece. Ao vício acompanha-se o castigo, à virtude acompanha-se a recompensa.

Semelhantes modelos de comportamento podem ser vistos em “Paulo e Virgínia”, escrito pelo também francês Bernardin de Saint-Pierre (1737 – 1834) e publicado pela Imprensa Régia no ano de 1811. O livro é relatado por um morador de uma despovoada ilha francesa, cenário dos acontecimentos. Madama de la Tour, uma das personagens, pertencia à uma nobre linhagem da corte parisiense. Fôra totalmente deserdada e rejeitada pela família por ter se casado por amor com um

¹⁶⁷ MARMONTEL, Jean François. **As duas desafortunadas**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1815. p. 30-31.

homem de condição social inferior. Objetivando comprar alguns negros para ajudar no orçamento do clã, Mr. de la Tour vai até Madagascar, mas morre nesse mesmo lugar, contaminado por pestilentas doenças. Grávida e sozinha na Ilha de França, a viúva resolve procurar um lugar para morar com sua futura filha Virgínia e a criada. Uma ilha quase deserta, em meio à natureza, fôra o lugar escolhido. O mesmo sítio era habitado pela humilde camponesa Margarida, mãe solteira do pequeno Paulo.

Mesmo pertencendo a grupos sociais distintos, a amizade entre as duas mulheres logo se estreita – seja pelos infortúnios do passado, seja pela boa conduta do presente – e conseqüentemente, o laço fraternal entre as crianças também. Quando se tornaram jovens, Paulo e Virgínia se apaixonam, porém o amor de ambos não era tratado da mesma forma por suas mães. Enquanto Margarida aprovava o matrimônio entre ambos, Madama de la Tour o temia, pois sabia das dificuldades financeiras pelas quais sua filha enfrentaria. Tentando evitar o possível enlace, a viúva escreve uma carta a uma rica tia francesa, pedindo acolhimento para Virgínia em Paris, que destinava à jovem “[...] huma boa educação, hum partido na corte, e a doação de todos os seus bens”.¹⁶⁸ A donzela resiste à viagem, pois não queria abandonar na ilha as pessoas que tanto gostava. No entanto, o fator religioso intervém na sua escolha, e é convencida por um padre a partir: “Importa obedecer à Providencia, aos nossos parentes anciãos, ainda que injustos. He hum sacrificio, mas he a ordem de Deos. Elle se sacrificou por nós. He preciso, seguindo o seu exemplo sacrificar-se pelo bem da sua familia.”¹⁶⁹

A discrepância social entre os enamorados se eleva quando Virgínia compra vestidos, espartilhos e demais enfeites para a viagem com os recursos mandados pela tia francesa, uma vez que não possuía trajes adequados para se apresentar à corte. Neste momento, a opinião de Margarida acerca do consórcio se transforma, e tenta convencer o filho a abdicar da paixão: “A jovem Senhora de la Tour pertence por parte de sua mãe a huma parenta rica, e de grande nobreza. Quanto a ti, tu não és senão filho de huma pobre camponeza e o pior he, que tu és ‘bastardo’”.¹⁷⁰

Durante a estadia em Paris, Virgínia aprendera a ler e escrever, vestira-se com apuro, tinha criadas à sua disposição, freqüentara o círculo cortesão, conhecera atividades de damas bem nascidas, como montar a cavalo. Apesar de tanta fortuna

¹⁶⁸ SAINT-PIERRE, Bernardin de. **Paulo e Virgínia**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1811. p. 95.

¹⁶⁹ *Ibid.*, p. 105.

¹⁷⁰ *Ibid.*, p. 109-110.

e luxo, preferia a vida simples junto da natureza e dos seus, onde não havia regras de conduta, modos de representação ou futilidade. Esta passagem da obra revela uma das principais características dos romances europeus publicados entre as últimas décadas do século XVIII e parte do XIX: a exaltação da natureza primitiva em detrimento da vida social dos centros urbanos, lugares que viriam a corromper a integridade moral do homem.¹⁷¹

O retorno de Virginia à paisagem bucólica, longe da corte, contudo, não acontece de todo. Já perto da costa da ilha, o navio no qual se encontrava foi tomado por uma grande tempestade de ventos fortes. Para conseguir se salvar, era preciso que se jogasse ao mar e retirasse parte da vestimenta, ficando parcialmente despida. No entanto, a idéia de que deveria expor sua nudez a constrangeu por completo, pois com isso negaria seus princípios morais. Àquela situação, preferiu o fim da vida: “Virginia, vendo a morte inevitável, pôz huma mão sobre seus vestidos, e a outra sobre seu coração, e erguendo ao Ceo olhos serenos, pareceo hum anjo, que toma seu vôo para os Ceos.”¹⁷² Até os instantes finais, mantém-se firme na resolução de preservar dignamente a reputação. Após a tragédia, o comportamento da heroína servira de exemplo aos habitantes da ilha, que passam a divinizar seu virtuoso caráter. Jovens donzelas queriam

[...] tocar no ataude de Virginia com os seus lenços, contas, e coroas de flores invocando-a como huma Santa. As mãis pedião a Deos huma filha como ella; os mancebos humas amantes tão constantes; os pobres huma amiga tão terna; os escravos huma senhora tão boa.¹⁷³

Em resumo, “Paulo e Virgínia” prioriza três temas típicos do Romantismo, relacionados à valorização da moral: o culto da virtude e da pureza humanas, existentes na personagem principal; a crítica aos modelos aristocráticos, pois a mesma não se adapta à simbologia da corte, preferindo a simplicidade; e a censura ao rompimento da hierarquia social, presente por meio do desfecho trágico dos personagens que tentaram romper com as barreiras sociais.

No que tange ao relacionamento familiar, o impresso “A mãe má” também escrito por Marmontel e editado em 1818 pela Imprensa Régia de Lisboa, como o

¹⁷¹ O movimento romântico – europeu, e mais tarde, brasileiro – vem exaltar o aspecto “natural” do homem, partindo do pressuposto de que o mesmo é originalmente inocente e puro. Desse modo, a convivência em sociedade macularia a essência humana. Para um estudo sobre o Romantismo no Brasil, consultar CANDIDO, Antonio. **O romantismo no Brasil**. São Paulo: Humanitas: FFLCH, 2004. 94p.

¹⁷² SAINT-PIERRE, op. cit., 1811. p. 198.

¹⁷³ Ibid., p. 205.

próprio título diz, prescreve de que maneira deveria ser o tratamento de uma mãe para com seus filhos. O relato conta a história de uma mãe que é má por amar o filho primogênito, Mr. de l'Etang em detrimento do mais novo, Jacó. Viúva desde muito cedo, tivera de criar e educar seus filhos sozinha. Notava-se nitidamente sua predileção pelo primeiro e exclusão pelo último:

O pequeno Jacó era o filho de sua ira: sua Mãe quase fugia de o vêr; e se algumas vezes lhe fallava, era com indignação. Este filho intimidado não ousava levantar os olhos diante de sua Mãe, e não lhe respondia senão tremendo. Elle tinha (dizia ella) o natural de seu Pai, huma alma vil, e espiritos baixos.

Quanto ao mais velho, em quem se tinha posto todo o cuidado a fazello libertino, indocil, turbulento, e caprichoso, o mais que era possível, era este a mesma gentileza; sua indocilidade se chamava altiveza de espirito, seu humor excesso de sensibilidade.¹⁷⁴

Durante a mocidade, a personalidade de Mr. de l'Etang se torna mais vil. Toma posse de toda a herança deixada pelo pai e se casa por dinheiro com uma rica jovem, na qual é substituída pela amante Fátima e ambos se mudam para Paris. As extravagâncias do predileto o levam à falência e debilitam sua saúde. Por não possuir mais dinheiro, Fátima decide abandoná-lo.

Enquanto o filho mais velho opta pela Magistratura, Jacó segue a carreira de humanidades e decide morar nas Antilhas, lugar onde consegue angariar alguma fortuna. Em Santo Domingo, o preterido é informado por carta de um amigo que sua mãe estava sem recursos e adoecera. Resolve então vender seus pertences para ir ao socorro da mesma, que já se sente arrependida por suas ações no passado, e de bom grado aceita a ajuda de Jacó: “Meu querido filho, se eu desejo viver he só para purificar minha injustiça, e amar hum filho de que eu não era digna, e que eu tenho desherdado.”¹⁷⁵ A relação entre filho e mãe melhora após o falecimento de Mr. de l'Etang, e ambos vão juntos residir nas Antilhas, onde Jacó se casa com uma nativa. As antigas frases de desprezo foram trocadas pelas de ternura: “O Ceo, tirando-lhe hum filho indigno de sua ternura, lhe restituirá outro, que a tinha merecido por tudo o que a natureza tem de sensível, e a virtude de mais tocante.”¹⁷⁶

Seguindo a mesma linha de valorização da moral, até agora presente em todas as obras examinadas, “A mãe má” se destaca por sugerir às mães a igualdade no tratamento para com os filhos. Vimos que além de ser injusta, a primazia de um e a exclusão do outro pode ocasionar o desvirtuamento de caráter, como o do

¹⁷⁴ MARMONTEL, Jean François. **A mãe má**. Lisboa: Impressão Régia, 1818. p. 6.

¹⁷⁵ Ibid., p. 28.

¹⁷⁶ Ibid., p. 30.

personagem Mr de l'Etang, que a qualquer custo sempre obteve o que queria e nunca tivera limites.

Em termos de importância, os textos designados à população masculina, embora existissem em menor profusão, eram igualmente significativos. O conteúdo dos mesmos também abarcava a questão da valorização da moral e da crítica social. É o que lembra o trecho de um manual divulgado em Portugal no ano de 1821:

Brilha mais a virtude no homem pobre/ Do que os adornos desta gente rica/
Que estes vão com o uso caducando/ E a virtude em memoria sempre fica/
Homem fidalgo, ou rico, sem virtudes/ Donde elle procedeo, nisso não entro/
Só sei, que he homem grande, mas por fóra/ E sempre pequenino lá por dentro/
Todos são lavradores neste mundo/ Mas nem sempre a colheita he oportuna/
Que huns cavão, com seus vicios, a desgraça/ Outros, com as virtudes, a fortuna.¹⁷⁷

O sugestivo poema faz uma crítica aos modelos aristocráticos do Antigo Regime. Quando empregada imprudente e desonestamente, a fortuna acarreta irreparáveis conseqüências para a vida. Ora, de nada serve a riqueza se não se possui virtude suficiente para se fazer bom uso dela. Em decorrência disso, um homem sem proventos pode ser muito mais honrado que um nobre, por esse não saber empregar corretamente uma dádiva que lhe fôra concedida. A ostentação é igualmente censurada na poesia, pois quem muito enaltece a aparência se esquece de cultivar qualidades morais.

A prescrição para o comportamento masculino no casamento foi bastante explorada no livro “O bom marido” – exposto ao público pela Impressão Régia de Lisboa em 1817 – o qual discorre sobre a lição que um virtuoso esposo deu à sua mulher. O enredo se passa em Paris, cidade onde Hortência era casada com o Barão de Valsen, e sua prima Amélia com o Presidente de Lusane. Diferentemente da última esposa, a primeira gostava de aproveitar o que a alta sociedade oferecia, divertindo-se com as amigas, ao passo que o marido não se importava. Por fatalidade, o Barão de Valsen e Amélia falecem. O pai de Hortência procura Lusane afim de expor sua preocupação para com a filha: “Este Mundo, que a tem enganado, a torna a chamar a si; acabado o lucto, ella vai entregar-se a seus prazeres, e eu temo [...] de viver muito para ter de que me envergonhar.”¹⁷⁸ Ouvindo o desabafo

¹⁷⁷ COSTA, José Daniel Rodrigues da. Tyzoura da Critica ou Carta, que ao seu amigo da cidade do Porto. In: COSTA, José Daniel Rodrigues da. **Memoria do folheto intitulado Memorias para as cortes de 1821**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821. p. 14.

¹⁷⁸ MARMONTEL, Jean François. **O bom marido**. Lisboa: Impressão Régia, 1817. p. 5.

paterno, o Presidente se prontifica em desposar a viúva que contava com 22 anos e possuía dois filhos.

Lusane tenta preveni-la sobre as más amizades e sobre a futilidade existente no grupo de amigos em que ela freqüenta. Também a alerta para o real dever de uma dama honrada, ou seja, o casamento e a maternidade. “Não he no meio do mundo, que huma mulher honesta acha a felicidade; he no governo interior da casa, no amor dos seus deveres, na educação de seus filhos, e no commercio intimo de huma Sociedade compostas de gente de bem.”¹⁷⁹ O bom marido resolve dar um jantar em sua casa para as pessoas de boa índole, mas Hortência pretende chamar aquelas cuja reputação é suspeitável. Lusane descobre a intenção da mulher e ameaça deixá-la: “Eu dava este divertimento com todo o gosto, e com todo o prazer; tu o recusas, porque eu tenho excluído o que não te era conveniente; e por isto me fazes certo de que gostas mais deste Mundo frivolo, do que de teu Esposo.”¹⁸⁰

Devido à ameaça, a esposa reflete acerca das amizades funestas e do verdadeiro valor da família. A reconciliação do casal acontece no último parágrafo, no qual Hortência diz ao marido essas frases:

Vem a meus braços, meu amigo, eis-aqui para mim a melhor, e a mais efficaz das vossas lições. Eu me tinha esquecido de que era Mãi, eu hia a esquecer-me de que era Esposa; vós me fazeis lembrar de todos os meus deveres: e estes dous laços reunidos me serão inseparaveis por toda a vida.¹⁸¹

Assim como em grande parte dos impressos analisados até o momento, nos quais estão presentes o arrependimento e/ou a punição, neste a pessoa delituosa arrepende-se dos seus erros apenas nos últimos instantes do enredo.

Muitas das obras dirigidas ao público masculino eram divididas em mais de um volume. “Recreações do Homem Sensível”, por exemplo, foi editada em cinco tomos. A autoria desse manual é de Monsieur Arnaud, pseudônimo do escritor francês François Thomas Marie de Baculard d’Arnaud (1718 – 1805). Encontramos uma publicação em Língua Portuguesa no ano de 1820, impressa na Officina Simão Thaedeo Ferreira. Com mais de mil e oitocentas páginas ao todo, “Recreações” contém uma “[...] vasta seara de virtuosos exemplos, que todos podem ler com grande proveito dos costumes, e do entendimento.”¹⁸² O compêndio trazia ainda “[...]”

¹⁷⁹ Ibid., p. 11.

¹⁸⁰ Ibid., p. 50.

¹⁸¹ Ibid., p. 55.

¹⁸² ARNAUD, Monsieur. **Recreações do homem sensível, ou collecção de exemplos verdadeiros, e pathéticos.** Lisboa: Simão Thaedeo Ferreira, 1820, t. 1. p. 4.

hum bom epitome de Moral Christã, e Filosofica, accommodada a todas as condições da vida social, porque a virtude não he exclusivamente peculiar de classe alguma humana.”¹⁸³ Mesmo com essa advertência, sabe-se que os leitores dos textos pertenciam geralmente às classes dirigentes, pois o analfabetismo dominava entre a população escrava e entre as camadas menos favorecidas.

Em cada tomo se encontravam variadas historietas, as quais também podiam ser lida pelo público feminino. Iremos nos restringir ao estudo do primeiro tomo, que em nosso entendimento abarca importantes questões com relação às maneiras sociais, ou seja, são textos com fundo moral, para a educação da boa sociedade.

Os enredos, basicamente, não se diversificavam muito, pois tratavam das mesmas vertentes, quais sejam, os modos ideais em sociedade. Muitos eram dotados de introduções instrutivas que remetiam à Antiguidade greco-romana – com exemplos de homens considerados virtuosos por possuírem uma vida honrada – ou reflexões sobre as condutas de importantes figuras monárquicas. Temas como amor, amizade, compaixão e cristandade são predominantes. O último assunto é explorado em “O rico digno de o ser”. O personagem principal do texto, um peregrino sem posses materiais, possuía a rara qualidade de sempre fazer o bem pelo gosto de o fazer, levando aos infortunados palavras de afeto e compaixão. À escassez de fortuna e de paixões mundanas, era recompensado pela crença no catolicismo. Certa vez, em suas peregrinações por Marselha, foi a um calabouço com o intuito de consolar os lastimosos prisioneiros. Um deles lhe chamou atenção. O rapaz, que aparentemente tinha 27 anos, banhava-se em lágrimas. Ao ser questionado da causa de estar em um lugar como aquele, respondeu que sempre tivera bons exemplos familiares, porém fora desvirtuado por um grupo de amigos “pouco escrupulosos nas cousas da honra”, que o incitou a ir caçar com eles nas terras de um vizinho seu. A justiça logo descobriu o intento delituoso e o condenou a seis anos de prisão por maus tratos aos animais. Daqueles anos, quatro se passaram, mas o mancebo não se conformava com o fato de deixar sua esposa e seus filhos sozinhos, sem a referência patriarcal. Comovido com aquela situação, o andarilho resolveu permanecer em seu lugar durante os dois anos faltantes, para que o rapaz pudesse voltar ao lar. O moço, maravilhado com aquela decisão, não se conteve de alegria, e perguntou o quê o levava a ter a atitude de se privar da sua liberdade. O

¹⁸³ Ibid., p. 7.

peregrino respondeu: a natureza e a Religião. Eternamente grato com a atitude de compaixão, o rapaz teve sua liberdade restituída. Ao longo dos dois anos em que permaneceu no calabouço, o andarilho procurou aconselhar os tristes prisioneiros, convertendo alguns à cristandade.

No fim do texto o autor revela que aquele velho benfeitor era o eclesiástico Vicente de Paula, e afirma que o acontecimento narrado fora um dos motivos para sua canonização. “Tu, *Vicente de Paula*, tu fostes o melhor d’entre todos os homens, e não te lisongiei por certo quando te chamei *o homem unico*.”¹⁸⁴

Podemos notar no impresso que a questão da crença religiosa está diretamente associada ao aspecto da virtude, pois o homem que se converte ao cristianismo naturalmente passa a ter bons valores, como ajudar ao próximo sem esperar retribuição, e negar os prazeres que a vida mundana oferece.

Sobre o que concerne aos prazeres da vida material, dentre eles a fortuna, “O rico digno de o ser” aborda a necessidade de se empregar bem a riqueza. A historieta começa com um esclarecimento, ao desmistificar o conceito de que todos os ricos são de mau coração e não usam sua fortuna somente para a satisfação pessoal.

Henrique, um aguadeiro francês humilde, possuía uma honrada família composta de esposa e filhos. Um dia, seu menino mais velho, Carlos, desapareceu do lar e nunca mais voltou ao aconchego familiar. O pai não se conformara com o triste acontecimento, e muitas pessoas não entendiam o fato dele sofrer tanto pela perda, pois, além de ter outros filhos, era-lhe custoso sustentar toda a família. Passaram-se trinta anos, e Henrique viu-se sozinho na vida, já que sua mulher morrera e os filhos mudaram-se. Certo dia, quando Henrique tomava água no chafariz de uma rua parisiense, deparou-se com uma rica libré, da qual saíram três pessoas; um homem, um conde e um marquês, soberbamente ornamentados. O homem, ao ver Henrique, gritou e subitamente o abraçou. Passados alguns instantes, diz ser seu filho, e o velho aguadeiro reconhece nele o seu menino Carlos. O filho então narra sua trajetória até ali, dizendo que foi para a América por acidente e acabou adquirindo muito cabedal em terras americanas. Quando voltou a Paris, sempre procurara seus pais, mas nunca os encontrou. Carlos convidou Henrique para morar com ele. O pai, extremamente alegre, concordou de bom grado. O

¹⁸⁴ Ibid., p. 22. (grifo do autor).

conde, amigo de Carlos aceitou a nova situação, porém o marquês relutou primeiramente, visto a diferença social. Henrique então, juntamente com seus outros filhos, passaram a participar da fortuna de Carlos.

O autor finaliza a narração alertando que a anedota serve de consolação e esperança para os pobres, pois a mesma é um meio das pessoas que não possuem cabedais acreditarem que um dia possam vir a adquiri-los.¹⁸⁵

Ora, o impresso mostra claramente que, apesar de o homem rico não ser necessariamente bom, a fortuna é uma qualidade almejada por todos, e, quando se a tem, o homem se torna mais feliz. A felicidade de Henrique não se fez completa somente com o reencontro do filho, mas também com a mudança da condição social. O fato de Carlos querer repartir sua riqueza com os familiares pobres mostra que é mister ao homem rico honrar sua condição privilegiada.

O mau uso da fortuna, e a conseqüência que se pode acarretar disso é tratado em “O Visconde de Blinzei, ou o castigo do mau procedimento”. Blinzei, um rico visconde, possuía todos os excessos a que as almas honradas condenavam. O “homem do mundo”, assim rotulado pelo autor, aproveitava-se de todos os prazeres que a vida podia oferecer. A voluptuosidade de seu caráter e a beleza externa o faziam adorável para o sexo feminino, que não raro se apaixonava pelo invólucro superficial do rapaz. Donzelas, senhoras casadas e até criadas: mulheres de toda a tipologia eram vítimas de seu galanteio, que sempre vinha acompanhado de falsas promessas relacionadas à vida conjugal. Um tipo de mulher, porém, era-lhe especial, não no sentido da atribuição de importância, mas sim no da inocência. As donzelas possuíam o atrativo da graça virginal e da ingenuidade, qualidades essenciais para homens corruptos em matéria do sentimento.

Quantos sujeitos, que na mais boa fé tem a ousadia de se julgarem homens de probidade, não se tem manchado com esta imperdoável atrocidade, como se não fora infame baixeza enganar huma creatura innocente que por sua ingenuidade, e candura, sómente houveramos de respeitar como sagrada?¹⁸⁶

Blinzei encontrou em Victorina, moçoila de quinze anos, todas essas virtudes que são caras às famílias honradas. À desvirtuação da donzela acompanharam-se as horríveis conseqüências, como o remorso e o nascimento do fruto da desgraça. O pai, não podendo conviver com tamanho desgosto, falece antes da filha dar a luz, e esta, logo após o nascimento, também perece.

¹⁸⁵ Ibid., p. 62.

¹⁸⁶ Ibid., p. 347.

Irredutível na sua resolução, Blinzei renega o menino. A viscondessa sua mãe, porém, doa a criança a um casal de mecânicos, que apesar de pobres, eram íntegros. Os anos passam, e o visconde se encontra sozinho na vida vazia e superficial, após o falecimento dos filhos e da mulher, esta não menos honesta que ele. Resolve então procurar o filho renegado, que a esta altura se achava moço e chamava-se Le Fevre. Ao contrário do que imaginava, Le Fevre preferiu continuar vivendo com seus pais adotivos, que sempre lhe deram amor e nunca tiveram vergonha dele, e negar a fortuna do pai biológico, pois de nada serviria o cabedal se a honestidade, a honra e o amor sincero inexistiam. Achando-se sozinho novamente, o visconde teve sua morte antecipada por parentes inescrupulosos, cobiçosos da riqueza tantas vezes utilizada para a realização de atos culpáveis.¹⁸⁷

“O Visconde de Blinzei, ou o castigo do mau procedimento”, como o próprio nome sugere, revela os efeitos que se podem esperar de um mau comportamento. À improbidade do personagem título resultou-se a solidão e a morte calculada pelos herdeiros, à atitude pecaminosa da donzela resultou-se o sentimento de culpa seguido do único meio redimível para tal vergonha: a morte.

Assim como no último conto, o tema do sentimento entre pais e filhos aparece em “O poder do amor paternal”. Dericourt era casado com uma mulher igualmente virtuosa, e desse amor conjugal tiveram Henriqueta, inocente rapariga de dezoito anos. Mãe e filha nutriam verdadeira amizade, em que um olhar podia significar mais que mil palavras. Foi em um desses olhares que Henriqueta notou certa melancolia na fisionomia maternal, e a indaga sobre o abatimento. Depois de muito relutar, enfim a mãe diz o motivo pelo qual sofria tanto. Há cerca de dois anos Dericourt havia se distanciado do matrimônio, de modo que as conversações afetuosas e as redobradas atenções entre ambos já não mais existia. As ausências tornaram-se tão constantes que a esposa descobrira a razão: o marido era-lhe infiel. Ao ouvir o relato, Henriqueta não se conteve de tristeza, e pediu à mãe que conversasse com o pai em sua presença. Estando os três juntos, Dericourt não dá ouvidos aos questionamentos da esposa, e já na porta de casa, escuta os gritos da mulher, implorando que ao menos tenha compaixão da filha, que desmaiara visto a insensibilidade paterna. O pai corre até Henriqueta e a abraça. No mesmo instante

¹⁸⁷ Ibid., p. 364.

ela recobre a consciência e Dericourt pede perdão, prometendo honrar as duas daquele dia em diante. O opúsculo é finalizado com o seguinte parágrafo:

Dericourt, a mulher e a filha ficarão por algum tempo no silêncio, que he a expressão mais energica do affecto, e em fim confundindo os abraços, e lagrimas de gosto, entrou elle dahi em diante a ser o marido mais terno, e mais fiel, como já havia sido o melhor de todos os pais.¹⁸⁸

De acordo com o folheto, entende-se que a força do sentimento paternal é capaz de superar grandes crises familiares, principalmente a infidelidade. Fica também evidente que se não fosse este sentimento, provavelmente Dericourt não reconhecesse seu erro e não se redimiria. Apesar do marido jurar fidelidade, o amor paternal se sobressai sobre o amor conjugal porque o primeiro é visto como eterno, ao passo que o último, como perecível.

Outros assuntos ainda englobavam as mais de trinta historietas do primeiro tomo de “Recreações do homem sensível”, como por exemplo o amor entre pessoas de distintas camadas sociais, e, principalmente, o culto da virtude, qualidade que deveria estar presente no trato em sociedade.

Apesar de lidos por uma minoria, cada vez mais os manuais em circulação eram apropriados no cotidiano social do Rio joanino, seja por meio da oralidade, seja por meio da tentativa de se copiar os costumes vindos da Europa. Gradualmente, o habitus cortesão foi sendo assimilado dentro da camada dirigente.

É certo que o sentido inverso da apropriação das maneiras também se fez presente, existindo uma mútua assimilação no quadro social, pois, quando da chegada de D. João à nova capital, a população de cor muito excedia a de descendência européia. A corte portuguesa entretanto será agente de uma nova padronização nos costumes, representados nas relações inter-pessoais.

¹⁸⁸ Ibid., p. 275.

CONCLUSÃO

Procuramos evidenciar no decorrer dos três capítulos dessa dissertação de que forma a vinda da corte portuguesa foi fundamental para o processo de transformação nos costumes fluminenses, pois trouxera consigo, não somente o aparato material próprio de uma nobreza desterrada, mas também hábitos considerados “civilizados”.

A gradativa mudança operou-se de muitas formas, desde a esfera político-institucional, com a regulamentação de vários órgãos burocráticos, até a estrutura urbana, com a remodelação do espaço. Durante a permanência de D. João nos trópicos houve uma tentativa de se criar medidas que adaptassem a realidade do Rio de Janeiro (cidade essencialmente tropical, patriarcal e escravocrata) à realidade de Lisboa (cidade incrustada nos velhos modelos monárquicos europeus).

O aspecto relacionado à sociabilidade também influenciou sobre o cotidiano fluminense, pois passaram a existir maiores opções para o divertimento em sociedade – casas de espetáculo, confeitarias – e para o passatempo diário – historietas e contos em geral. A circulação de impressos que continha proposições relacionadas à conduta social passou a ser mais dinamizada, pois juntamente com o séquito real viera uma tipografia, a futura Imprensa Régia do Rio de Janeiro. Mesmo que restrita à camada abastada fluminense, a leitura dos contos proporcionou um alargamento das prescrições contidas nos mesmos, estendendo-se à esferas menos favorecidas na medida em que estas almejavam adquirir os mesmos signos distintivos da primeira.

Dentro de uma linha de investigação sobre o processo civilizador operado no Rio de Janeiro com a presença da corte, procuramos destacar, ao longo de nosso trabalho, uma vertente desse processo: a veiculação de libelos de cunho moral. Como se ressaltou anteriormente, é provável que a leitura dos mesmos esteve presente principalmente entre a alta sociedade, uma vez que era a classe com maior acesso, ainda que não muito grande, à educação.

Isso pôde ser observado pela predominância de personagens com elevada posição social, inseridos em quase todas as obras analisadas. Também pudemos perceber que o próprio tema da fortuna aparece com um tom de advertência, já que, apesar dos leitores muitas vezes possuírem elevados cabedais, devia-se saber

utilizá-la de forma “correta”, ou seja, para a prática de boas ações e para a preservação da moral do homem abastado, numa sociedade em que a auto-representação e a impressão eram fundamentais no trato cotidiano.

Se a preservação da moral masculina esteve principalmente associada ao emprego de suas posses, a da mulher ligou-se em grande parte à questão da honra. Nas obras em que o assunto é tratado, o personagem delituoso – normalmente uma dama de família que se desvirtua – sofre algum tipo de penalidade por seu ato, de modo que para esta má ação não existe um perdão – pelo menos não neste mundo. É em decorrência disso que a morte é vista como a única salvação para a alma pecaminosa.

Independentemente da ênfase dada a cada impresso – como o culto da virtude, a crença nos valores cristãos – em todos eles há algum tipo de punição ocasionado por uma conduta errônea, ao passo que também se é recompensado por uma atitude moralmente certa.

Se houve uma rígida e completa assimilação do conteúdo dos libelos em circulação durante o período joanino não é possível dizer. Contudo, é pertinente afirmar que existiu um crescente contato com a cultura “civilizada”, sintetizada na importação de transportes, alimentos, mobiliário e vestuário em geral, assim como a influência de compêndios de cunho moral.

REFERÊNCIAS

- ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: NOVAIS, Fernando (Coord.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, v. 1. 523p.
- AMEAL, João. **História de Portugal: das origens até 1940**. 6. ed. Porto: Tavares Martins, 1968. 844p.
- ARMITAGE, John. **História do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1943. 398p.
- ARNAUD, Monseiur. **Recreações do homem sensível**. Tomo I. Lisboa: Simão Thaeo Ferreira, 1820. Disponível em: <<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br>>. Acesso em: 9 set. 2008.
- BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: Ed. UNB, 1982. 88p.
- BECKFORD, William. **Diário de William Beckford em Portugal e Espanha**. 3. ed. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1988. 233p.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2007. 560p.
- _____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974. 361p.
- _____. **O poder simbólico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 311p.
- _____. **Razões Práticas**. Campinas: Papyrus, 1997. 224p.
- BURKE, Peter. **A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XVI**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 254p.
- CALMON, Pedro. **O rei do Brasil: vida de D. João VI**. São Paulo: Ed. Nacional, 1943. 324p.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BORBA DE MORAES, Rubens. **Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro**. São Paulo: Ed. USP: Kosmos, 1993. 248p.
- CANDIDO, Antonio. **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Ática, 2003. 233p.
- _____. **O romantismo no Brasil**. São Paulo: Humanitas: FFLCH, 2004. 94p.
- CARRÈRE, Joseph-Barthélemy-François. **Panorama de Lisboa no ano de 1796**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1989. 198p.
- CHANTAL, Suzanne. **A vida cotidiana em Portugal ao tempo do terramoto**. Lisboa: Livros do Brasil, [19--]. 301p.

- EBEL, Ernst. **O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824**. São Paulo: Companhia Nacional, 1972. 199p.
- EDMUNDO, Luiz. **A corte de D. João no Rio de Janeiro (1808-1821)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1957, 3v. 655p.
- ELIAS, Nobert. **A sociedade da corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 312p.
- _____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 204p.
- _____. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, v. 1. 277p.
- FALCON, Francisco José Calazans. **Iluminismo**. São Paulo: Ática, 1986. 93p.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. 10. ed. São Paulo: Globo, 2000. 448p.
- FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 473p.
- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. 14. ed. São Paulo: Global, 2003. 968p.
- GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1975. 234p.
- HESPANHA, Antonio Manuel. A punição e a graça. In: MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal: o antigo regime (1620-1807)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, v. 4. 471p.
- _____. A família. In: MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal: o antigo regime (1620-1807)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, v. 4. 471p.
- KANTOROWICZ, Ernst. **Os dois corpos do rei: um estudo sobre a teologia política medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 547p.
- KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 643p.
- KOSERITZ, Carl Von. **Imagens do Brasil**. São Paulo: Ed. USP, 1972. 291p.
- LEITHOLD, Von & RANGO, Von. **O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819**. São Paulo: Ed. Nacional, 1966. 166p.
- LIGHT, Kennet. **A viagem marítima da família real: a transferência da corte portuguesa para o Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. 280p.
- LIMA, Manoel de Oliveira. **Dom João VI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. 790p.

LIMA, Valéria. **Uma viagem com Debret**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. 88p.

LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1975. 435p.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. **A utopia do poderoso império: Portugal e Brasil: bastidores da política (1798-1822)**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994. 256p.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. A sociedade In: MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal: no alvorecer da modernidade (1480-1620)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, v. 3. 608p.

MALERBA, Jurandir. A corte no Brasil: 200 anos. **Revista Acervo: Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 47-62, jan. jun., 2008.

_____. **A corte no exílio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 412p.

_____. Duas histórias do Brasil de Dom João. **Revista Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 15, fase 7, n. 57, out. nov. dez., 2008.

_____. Sobre Norbert Elias. In: MALERBA, Jurandir. (Org). **A velha história: teoria, método e historiografia**. Campinas: Papyrus, 1996. 208p.

MARROCOS, Luis Joaquim dos Santos. **Cartas**. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional, 1939, v. 56. 564p.

MANCHESTER, Alan K. **Preeminência Inglesa no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973. 301p.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 201p.

MONTEIRO, André Maurício. **A construção do gosto: música e sociedade na corte do Rio de Janeiro (1808-1821)**. São Paulo: Ateliê. 360p.

MONTEIRO, Tobias. **História do Império: a elaboração da independência**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Educação e Cultura, 1972. 817p.

NAVES, Rodrigo. **A forma difícil: ensaios sobre a arte brasileira**. São Paulo: Ática, 1996. 285p.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Napoleão Bonaparte: imaginário e política em Portugal (1808-1810)**. São Paulo: Alameda, 2008. 360p.

NORTON, Luís. **A corte de Portugal no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1979. 338p.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1989. 422p.

O'NEILL, Thomas. **A vinda da família real portuguesa para o Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007. 128p.

OLIVEIRA, Luís Valente de.; RICUPERO, Rubens. **A abertura dos portos no Brasil**. São Paulo: Senac, 2007. 352p.

MARMONTEL, Jean François. **A mãe má**. Lisboa: Impressão Régia, 1818. Disponível em: <<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br>>. Acesso em: 10 set. 2008.

_____. **O bom marido**. Lisboa: Impressão Régia, 1817. Disponível em: <<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br>>. Acesso em: 29 set. 2008.

MARQUES, Antonio Henrique de Oliveira. **História de Portugal**: desde os tempos mais antigos até ao governo do Sr. Marcelo Caetano. 2. ed. Lisboa: Edições Ágora, 1973. 709p.

MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira. **História de Portugal**. 11. ed. Lisboa: Livraria Editora, 1927. 346p.

PEDREIRA, Jorge Miguel. Economia e política na explicação da independência do Brasil. In: MALERBA, Jurandir. (Org.). **A independência brasileira**: novas simensões. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. 432p.

PEDREIRA, Jorge Miguel; COSTA, Fernando. **D. João VI**: um príncipe entre dois continentes. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 484p.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 22 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. 390p.

PRADO, João Fernando de Almeida. **D. João VI e o início da classe dirigente do Brasil 1815 – 1889**. São Paulo: Companhia Nacional, 1968. 326p.

RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988. 445p.

SAINT-PIERRE, Bernardin de. **Paulo e Virgínia**. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1811. Disponível em: <<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br>>. Acesso em: 23 set. 2008.

SANTOS, Luís Gonçalves dos. **Memórias para servir à História do Reino do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Zelio Valverde, 1943, 2v. 902p.

SCHULTZ, Kirsten. **Versalhes tropical**: Império, Monarquia e a Corte real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821. São Paulo: Civilização Brasileira, 2008. 448p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 554p.

_____. **O sol do Brasil:** Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de D. João. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 412p.

_____. Pagando caro e correndo atrás do prejuízo. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **A independência brasileira:** novas dimensões. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. 432p.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 447p.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. Administração e sociedade. In: MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal:** a restauração e a monarquia absoluta (1640-1750). Lisboa: Editorial Verbo, 1980, v. 5. 496p.

SILVA, Danuzio Bernardino da (Org.). **Os diários de Langsdorff.** Campinas: AIEL; Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997. 400p.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822):** cultura e sociedade. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2007. 289p.

_____. **Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821).** 2. ed. São Paulo: Companhia Nacional, 1978. 246p.

_____. **Ser nobre na colônia.** São Paulo: Ed. UNESP, 2005. 341p.

SPIX, Von; MARTIUS, Von. **Viagem pelo Brasil.** 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1976, v. 1. 231p.

TOLLENARE, Louis-François de. **Notas dominicais.** Salvador: Livraria Progresso, 1956. 364p.

VEBLEN, Thorstein. **Teoria da classe ociosa.** São Paulo: Livraria Pioneira, 1965. 358p.

VILLALTA, Luiz Carlos. Vida privada e colonização: o lugar da língua, da instrução e dos livros. In: NOVAIS, Fernando (Coord.). **História da vida privada no Brasil:** império. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, v. 1. 523p.

WEBER, Caroline. **Rainha da moda:** como Maria Antonieta se vestiu para a Revolução. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. 472p.

WILCKEN, Patrick. **Império à deriva:** a corte portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005. 328p.

WILHELM, Jacques. **Paris no tempo do Rei Sol.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 269p.

FONTES

- BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

PERIÓDICO MICROFILMADO

PR-SOR 4 [1-7]. **Gazeta do Rio de Janeiro.**

MANUNSCRITOS

I, 9,11,14-7. **Alvará pelo qual d. João houve por bem determinar que se impusesse décima nos prédios urbanos da Corte, vilas e lugares do Brasil [...].** Rio de Janeiro, 27 de junho de 1808.

I, 9,11,14-5. **Alvará pelo qual o príncipe regente d. João houve por bem determinar várias providências sobre os boticários e sobre os preços das drogas.** Rio de Janeiro, 27 de junho de 1808.

I, 50, 4, 013. CAMPOS, Francisco Antonio de Novaes. **Príncipe Perfeito:** emblemas de D. João de Solorzano, parafraseados em sonetos portugueses e oferecidos ao Serenissimo Senhor D. João Príncipe do Brazil. Lisboa: ICALP, 1790.

I, 29, 20, 2. **Manifesto, ou Exposição Fundada, e Justificada do procedimento da Corte de Portugal a respeito da França desde o princípio da Resolução até a época da invasão de Portugal; e dos motivos, que a obrigarão a declarar a Guerra ao Imperador dos Francezes, pelo facto da invasão, e da subsequente Declaração de Guerra feita em consequencia do Relatorio do Ministro das Relações Exteriores.** Rio de Janeiro em 1 de maio de 1808.

OBRAS RARAS

78,5,8,n.14 **Etiqueta que se ha-de guardar pelos Senhores convidados para o Baile da noite de 24 do corrente.**

37,10,8. MARMONTEL, Jean François. **As duas desafortunadas.** Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1815.

37,10,9. CASTIGO da prostituição. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1815.

36,0,21. **Relação das festas que se fizerão no Rio de Janeiro quando o príncipe regente N.S. e toda a sua familia chegarão pela primeira vez áquella Capital. Ajuntando-se algumas particularidades igualmente curiosas, e que dizem respeito ao mesmo objeto.** Lisboa: Imprensa Régia, 1810.

37,22,20. SILVA, Manoel Vieira da. **Reflexões sobre alguns dos meios propostos por mais conducentes para melhorar o clima da cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1808.

37,10,11. TRISTE efeito de huma infidelidade. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1815.

84,05,15,n.2. VIANA, Paulo Fernandes. **Edital do Intendente geral da Policia da Corte e Reino do Brasil, de 12 de fevereiro de 1816, publicando o Aviso do Conde de Aguiar de 10 do referido mês, sobre objetos relativos a conservação e segurança das casas arruinadas, ou mal construídas, etc.** Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1816.

- ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

Códice 789. **Inventario dos Bens da Caza do finado Conselheiro Elias Antonio Lopes.** Rio de Janeiro, 1815.

- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

ALMANAQUE DO RIO DE JANEIRO PARA O ANO DE 1811. Rio de Janeiro: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 282, 1969.

FERREIRA, Silvestre Pinheiro. **Mapa da população da corte e província do Rio de Janeiro em 1821.** Rio de Janeiro: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1870, t. 33.

OBERACKER JÚNIOR, Carlos. **A corte de D. João VI no Rio de Janeiro segundo dois relatos do diplomata prussiano Conde Von Flemming.** Rio de Janeiro: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, n. 346, 1985.

VIANA, Paulo Fernandes. **Abreviada demonstração dos trabalhos da polícia em todo o tempo que a serviu o desembargador do Paço Paulo Fernandes Viana.** Rio de Janeiro: RIHGB, tomo LV, 1892.

WAGNER, Robert. **Thomas Ender no Brasil: 1817-1818.** Suíça: Akademische Druck-u. Verlagsanstalt, 1997.

- REAL GABINETE PORTUGUÊS DE LEITUTA

CASTRO, Damião Antonio de Lemos Faria. **Politica moral, e civil, aula da nobreza lusitana [...].** Lisboa: Officina Francisco Luiz Ameno, 1749.

COSTA, José Daniel Rodrigues da. **O balão, aos habitantes da lua, Poema, heroi comico em hum so canto.** Lisboa: João Nunes Esteves, 1822.

_____. **Tyzoura da Critica ou Carta, que ao seu amigo da cidade do Porto.** In: "Memoria do folheto intitulado Memorias para as Cortes de 1821". Lisboa: Imprensa Nacional, 1821.

OLIVEIRA, Luís da Silva Pereira. **Privilegios da nobreza e fidalguia de Portugal, offerecidos ao Excellentissimo Senhor Márquez de Abrantes, D. Pedro de Lancastre Silveira Castelo Branco [...].** Lisboa: Officina João Rodrigues Neves, 1806.

PORTA SIQUEIRA, D. João de Nossa Senhora da. **Escola de politica, ou tratado pratico da civilidade portugueza.** Lisboa: Typographia Rollandiana, 1862.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)